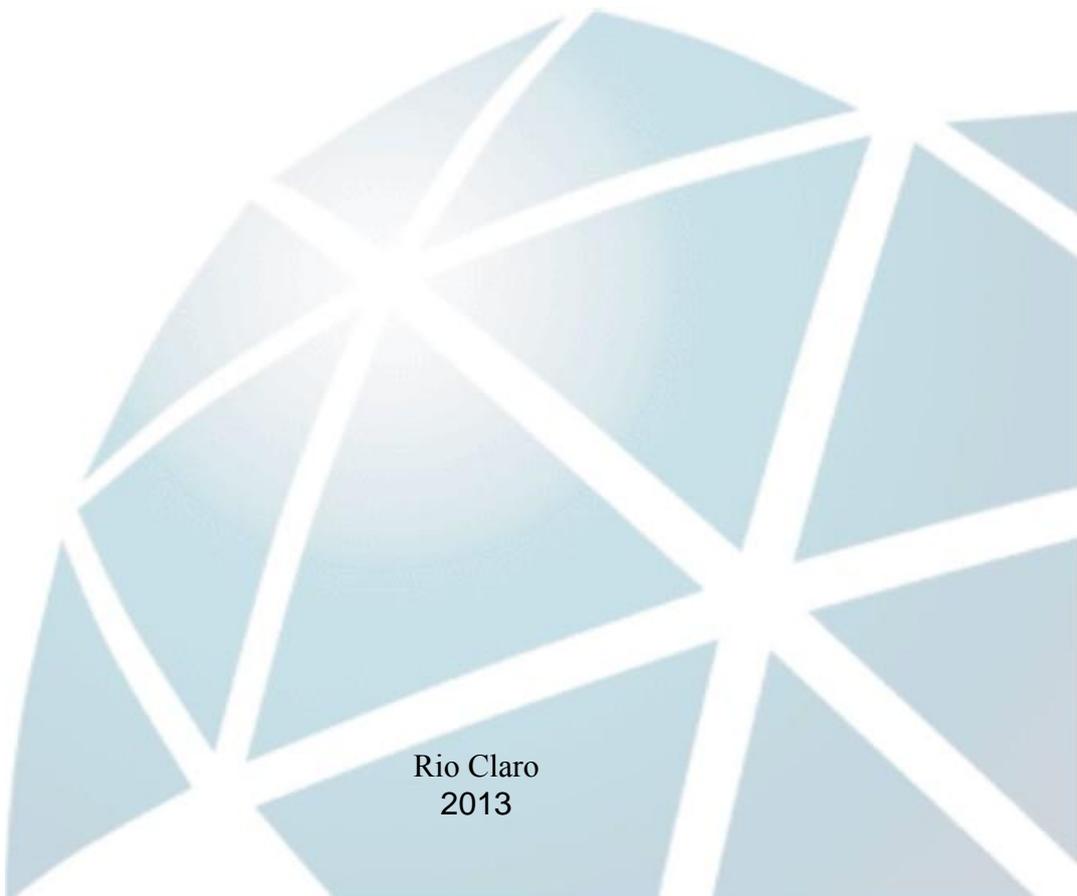

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TAMAR VIEIRA DA SILVA

**TEMA TRANSVERSAL SAÚDE NA ESCOLA:
DIAGNÓSTICO E POSSIBILIDADES.**



Rio Claro
2013

TAMAR VIEIRA DA SILVA

**TEMA TRANSVERSAL SAÚDE NA ESCOLA:
DIAGNÓSTICO E POSSIBILIDADES**

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a SURAYA CRISTINA DARIDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –
UNESP, Campus de Rio Claro, para obtenção
do grau de Licenciada em Pedagogia

Rio Claro

2013

372 Silva, Tamar Vieira da
S586t Tema transversal saúde na escola: diagnóstico e
possibilidades / Tamar Vieira da Silva. - Rio Claro, 2013
57 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
Rio Claro

Orientador: Suraya Cristina Darido

1. Ensino elementar. 2. Temas transversais. 3.
Metodologia. 4. Currículo escolar. I. Título.

*É preciso retirar as
disciplinas científicas de
suas torres de marfim e
deixá-las impregnar-se de
vida cotidiana.*

(Montserrat Moreno)

AGRADECIMENTOS

*Agradeço primeiramente a Deus,
que me abençoou, com saúde e sabedoria,
propiciando esta oportunidade de vencer
mais este desafio a que me propus.*

*Agradeço a minha família,
aos meus amigos que muito me ajudaram,
que sempre me incentivaram a continuar
quando o desânimo se apresentava.*

*Agradeço aos professores que me ensinaram
tudo o que sei sobre pedagogia,
pela dedicação que cada um dedicou
à minha formação acadêmica.*

*Agradeço à Prof^a Dr^a Suraya Cristina,
que gentilmente me orientou neste trabalho,
sempre com muita presteza, carinho e atenção.*

Eu preparo uma canção
em que minha mãe se reconheça,
todas as mães se reconheçam,
e que fale como dois olhos.

Caminho por uma rua
que passa em muitos países.
Se não me veem, eu vejo
e saúdo velhos amigos.

Eu distribuo um segredo
como quem ama ou sorri.
No jeito mais natural
dois carinhos se procuram.

Minha vida, nossas vidas
formam um só diamante.
Aprendi novas palavras
e tornei outras mais belas.

Eu preparo uma canção
que faça acordar os homens
e adormecer as crianças.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Tema Transversal Saúde na escola: diagnóstico e possibilidades

Introdução:

A sociedade brasileira tem sofrido grandes transformações nessas últimas décadas e o papel da escola e sua importância também. Com a queda da Ditadura Militar, que vigorou de 1964 até 1985 e com a promulgação da Constituição da República em 1988, que teve como um dos objetivos principais a inclusão social, entre outras iniciativas no âmbito das políticas educacionais, foi dado início à elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, cuja primeira publicação se deu em 1997. Assim, além das disciplinas tradicionais como: Língua Portuguesa, Matemática, História, Ciências Naturais, Geografia, Artes e Educação Física, a escola também deveria trabalhar os chamados Temas Transversais: Meio ambiente, Ética, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo, temas esses, que devem permear toda a prática educativa.

Como será que as escolas vêm desenvolvendo a proposta de Temas Transversais? Será que a saúde é uma preocupação? Se a resposta for afirmativa, de que modo ela vem sendo conduzida?

Objetivo:

Baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, este trabalho pretendeu avaliar a importância do tema transversal Saúde, bem como investigar os impactos desse documento na educação escolar do ensino fundamental.

Metodologia:

Para tanto, serão realizadas pesquisas bibliográficas e também documentais da escola, como o projeto político pedagógico e os livros didáticos utilizados.

Conclusões:

As conclusões elencadas neste trabalho são que o tema transversal Saúde é pouco trabalhado no ensino fundamental, devido, entre outros fatores, ao despreparo do professor e a concepção equivocada que ainda há nos educadores relacionando saúde às doenças e à higiene unicamente.

Palavras-chave: Temas Transversais, Saúde, Metodologia e Currículo escolar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. EDUCAÇÃO, PCNS E O TEMA TRANSVERSAL SAÚDE	10
2.1 Breve relato sobre a história da educação no Brasil	10
2.2 Os PCNs	13
2.3 Os Temas Transversais	17
2.4 Currículos fragmentados	19
2.4.1 Currículos e conteúdos	23
2.5 O professor e sua capacitação	24
2.6 O Tema Transversal Saúde	29
2.6.1 O que é saúde	30
2.6.2 Buscando dinamizar o conceito de saúde	31
2.6.3 As diversas ações na área da saúde ao longo do tempo	33
2.6.4 As possibilidades de trabalho com o tema saúde	34
2.7 A relação entre saúde e educação para a saúde	35
2.8 Como deve ser trabalhado o tema saúde ?	37
2.9 A importância de trabalhar o tema saúde no ensino fundamental	38
2.10 Considerações sobre este capítulo	41
3. REVISÃO SOBRE ESTUDOS DA SAÚDE	43
3.1. Como está sendo trabalhado o tema saúde no ensino fundamental?	43
3.2 Considerações sobre este capítulo	50
4. CAPÍTULO CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
5. REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO.

A palavra Saúde tem amplo significado. Segundo os PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais Saúde, a origem vem do latim “salute”, que significa “salvação, conservação da vida”. Hoje, porém, o significado é muito mais amplo e engloba entre outros, bem estar físico, mental e social, assim como foi declarado pela OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (1948) “[...] é tudo que envolve o cuidado com a saúde do ser humano, incluindo as ações de promoção, proteção, reabilitação e tratamento às doenças”. Ou ainda: “Gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social”.

Na escola, o trabalho com o tema Saúde está agregado aos chamados Temas Transversais. Os Temas Transversais estão definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (1997), devendo, portanto, permear todo o Ensino Fundamental.

De abordagem imprescindível, dentro destes temas e escolhido para aprofundamento neste trabalho, o tema Saúde, está intimamente ligado à formação do indivíduo, para que este possa exercer a sua cidadania com responsabilidade e disposição. É importante também, para o Estado que tendo cidadãos mais instruídos a respeito de sua saúde, gastará menos com a manutenção da Saúde Pública, a qual envolve, não somente o atendimento médico nas unidades de saúde, mas também, internações que têm um custo altíssimo.

Hoje, o trabalho com a temática da Saúde, está mais relacionado à prevenção de doenças, a higiene pessoal, cuidados com o meio ambiente, além de campanhas para evitar contato com animais peçonhentos e com a conscientização e envolvimento da comunidade nas campanhas governamentais de combate às doenças e epidemias.

A escola tem importante papel e responsabilidade ao abordar o tema Saúde com seus alunos e familiares, pois, quando as crianças aprendem esses conceitos, tornam-se adultos mais conscientizados e responsáveis com sua própria saúde e de sua família, porque a criança leva para sua casa, o que aprendeu em sala de aula e aplica em seu lar, ensinando os pais os mesmos conceitos adquiridos na escola, podendo assim, influenciar os hábitos domésticos.

A Saúde é sem dúvida, um tema bem presente no cotidiano do ser humano, que merece uma abordagem aprofundada em sala de aula, e o professor tem esta importante missão de

auxiliar os alunos a analisar, compreender e se conscientizar, da importância, não somente para ele, mas para toda a sociedade em que ele está inserido.

Este Trabalho de Conclusão de Curso abordará, através de pesquisa bibliográfica e documental, o estudo do Tema Transversal "Saúde" no Ensino Fundamental, sua importância, como e se está sendo trabalhado transversalmente nas escolas.

O trabalho está dividido em três capítulos, a saber:

No primeiro capítulo farei um breve relato dos acontecimentos históricos na educação brasileira, seus progressos e retrocessos, as políticas públicas ao longo da história e suas diversas implicações; abordarei também a criação e a importância dos PCN s (Parâmetros Curriculares Nacionais), dos temas transversais, dos currículos escolares, dos conteúdos das disciplinas, do professor e sua capacitação, do tema transversal "saúde", das diversas ações na área da saúde ao longo do tempo, das possibilidades de trabalho com o tema saúde, da relação entre saúde e educação para a saúde, de como deve ser trabalhado o tema transversal saúde e sua importância no ensino fundamental.

No segundo capítulo abordarei alguns questionamentos tais como: Como, e se o Tema Transversal Saúde está sendo trabalhado nas escolas de Ensino Fundamental, as concepções do tema "saúde" na visão dos educadores e as dificuldades relatadas por eles em trabalhá-lo como tema transversal.

2. EDUCAÇÃO, PCNS E O TEMA TRANSVERSAL SAÚDE

2.1 BREVE RELATO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

Na história da educação brasileira observamos vários momentos de ruptura e mudanças não só de conteúdos, mas também de metodologia. Ela inicia com a chegada dos portugueses no Brasil e continua até os dias de hoje.

Conforme ressaltam Garcia; Garcia e Paula(2004), a educação que havia no Brasil antes dos portugueses aqui chegarem era a dos índios, voltada principalmente para a sobrevivência da espécie e do meio ambiente. Quando os portugueses chegaram aqui trouxeram outra forma de educação a "educação europeia".

Com a necessidade de mão de obra escrava, teve início um novo modelo de educação com métodos pedagógicos visando catequizar os índios. Seus preconizadores foram os padres jesuítas da "Companhia de Jesus" que faziam o trabalho de catequese com os índios e buscavam já prepará-los para o trabalho escravo. Esse tipo de escola prolongou-se por 210 anos quando o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas e iniciou um período caótico para a educação, pois os professores, indicados pelos bispos, não tinham preparo algum.

A educação brasileira só começou a melhorar quando a família real se instalou no Brasil fugindo da guerra na Europa; nessa época foram criadas escolas e faculdades de medicina e direito que eram as que mais interessavam a corte.

Em 1889, após a proclamação da República, a educação brasileira começou a sofrer mudanças significativas, entre elas, criou-se a gratuidade do ensino primário com a reforma de Benjamin Constant e da reforma Rivadávia Correia em 1911. O Ministério da Educação e Saúde pública foi criado após a revolução de 1930; para suprir a demanda por mão de obra especializada foram criadas as escolas SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

Segundo Lopes (2009), em 1931 Anísio Teixeira, que assessorava o ministro Francisco Campos no Ministério de Educação e Saúde, influenciado pelos ideais da "Escola Nova" de liberdade de pensamento e expressão, respeito e incentivo aos talentos individuais; defendeu a autonomia para as escolas desde a escola primária até a universidade. Ele acreditava que a educação era o instrumento mais perfeito para promover as mudanças necessárias para que o país atingisse os padrões de modernização econômica e social dos países industrializados

Em 1932, sob a influência de Anísio Teixeira, um decreto de março deste ano transformou a "Escola Normal" em "Instituto de Educação". Com a criação do "Instituto de Educação", teve início a renovação educacional do Brasil. Ele implementou o curso superior para formação de professores primários "A Escola de Professores", sendo que este curso a partir de 1935 ficou conhecido por "Escola de Educação" e era ministrado na Universidade do Distrito Federal.

Garcia, Garcia e Paula (2004) afirmam que, somente a partir de 1953 a educação passa a ser de responsabilidade do MEC (Ministério da Educação e Cultura) e em 1961 a educação no Brasil teve uma nova abordagem, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (4024), que tinha o projeto para a alfabetização de adultos de autoria de Paulo Freire. O importante educador trouxe a concepção da "pedagogia libertadora", sendo interrompida com o golpe militar de 1964, quando a educação sofreu um retrocesso, pois a educação sofreu as influências da tendência tecnicista e o ensino estava voltado para formar mão de obra especializada para atender a demanda do mercado, na época os cursos técnicos profissionalizantes proliferaram. Foram feitas reformas visando atender aos interesses dos militares, reformas estas unilaterais, feitas sem consultar a população que era a maior interessada e usuária do ensino público. Estas reformas resultaram em um currículo fragmentado, altos índices de repetência, altos índices de analfabetismo e evasão escolar, baixa remuneração dos professores, mestres e alunos desmotivados. (GARCIA; GARCIA E PAULA, 2004)

Em 1962, foi criado o Conselho Federal de Educação substituindo o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação; o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização pelo MEC.

Na Constituição de 1974, Seção I - Da educação (arts. 205 a 214), constava que é dever do Estado e das famílias proporcionar a educação para todos, objetivando um melhor preparo do indivíduo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1974).

Em vários países da América Latina, incluindo o Brasil, as elites formadas por pessoas que sofreram influência do liberalismo, viam a educação como uma alavanca para o progresso e o analfabetismo como um empecilho ao progresso, porém, nada faziam para mudar essa situação.

Assim, tomaram o tema do analfabetismo e despejaram rios de retórica. Diziam que o País jamais poderia encontrar seu caminho e a democracia jamais poderia ser uma realidade enquanto tivermos uma tão alta proporção de analfabetos. A "ignorância" e o "atraso" eram duas faces da mesma moeda. Palavras, muitas palavras - e por certo alguma verdade - mas nenhuma ação. (FREIRE, 1974, p. 13).

Conforme resalta Freire (1974, p.13), as elites formadas por oligarcas com influências liberais, nada fizeram para mudar a condição do analfabeto no Brasil e mesmo depois da crise de 1930 provocada pelo "crack de 1929", a elite política não mudou de conduta, nada fazendo para melhorar o ensino e combater o analfabetismo.

Freire (1974) resalta que em 1945 os indivíduos da elite alfabetizada e de direita voltaram a discutir o problema, mas não para procurar soluções, mas para excluir do processo eleitoral o cidadão analfabeto e ao mesmo tempo, atacar os "populistas" que pressionavam para fazer valer o voto do indivíduo analfabeto para assim aumentar o número de eleitores. Todo esse debate de décadas só restou uma resposta conservadora: "Os ignorantes não têm condições para participar livre e criticamente da democracia, não podem votar nem ser votados para os cargos públicos". (FREIRE, 1974, p. 13)

Após a queda da Ditadura Militar (1964 - 1985) a educação brasileira sofre novas reformulações e em 1996 é criada a 3ª LDB, nº 9394 e elaboram-se os PCNs, usados para nortear os currículos escolares, organizados por disciplinas e ciclos, buscando consolidar o que diz a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, que em seu Cap. III da educação, da Cultura e do Desporto; Brasil. (1988), relata os princípios da formação do ser humano; e no Art. 205, que trata da educação, aponta que ela deve promover o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; no Art.214 (inciso V) que trata do Plano Nacional de Educação afirma que este será estabelecido pela lei e deverá articular o ensino nos seus diversos níveis, juntamente com ações governamentais, visando:

- I) erradicação do analfabetismo;
- II) universalização do atendimento escolar;
- III) melhoria da qualidade do ensino;
- IV) formação para o trabalho;
- V) promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Quero resaltar o tópico V que fala da formação humanística, pois, para o indivíduo exercer plenamente a sua cidadania este tem que ter saúde e educação, entre outros quesitos.

Os objetivos fundamentais desta Constituição são o de "constituir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art. 3º); as questões sociais passam a ter relevância na elaboração dos currículos escolares. É neste contexto que em 1997 são publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais, que serão discutidos a seguir.

2.2 OS PCNS.

A lei federal de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 estabeleceu como objetivo geral para o ensino fundamental (obrigatório, 8 anos) e ensino médio (segundo grau; não obrigatório), proporcionar aos alunos o aprendizado necessário para sua formação integral como cidadão, e também, condições de autorrealização e preparação para o mercado de trabalho e exercício de sua cidadania. Esta lei estabeleceu o currículo nacional para o ensino fundamental e médio, delegando aos Estados e Municípios a competência para acrescentar ao currículo oficial conteúdos que julgassem pertinentes, de acordo com a especificidade dos planos de ensino e das diferenças individuais dos alunos; este currículo era válido para todo o ensino, tanto público quanto privado e nos anos 1980 estas propostas foram reformuladas na sua maioria, adequando-se às tendências educacionais do período. (BRASIL, 1997)

A pedagogia utilizada nessa época era a "tradicional", isto é, uma pedagogia centrada no professor, que tinha o dever de, além de ensinar as matérias básicas da grade curricular, também tinha o de aconselhar, vigiar e corrigir os alunos e, embora a escola tivesse por objetivo preparar o aluno para a vida em sociedade, ela não estabelecia relações entre os conteúdos ensinados e a realidade vivida pelo educando.

Na "pedagogia tradicional" o professor é visto como autoridade máxima, é aquele que organiza e elabora estratégias de ensino, sendo portanto o guia exclusivo do processo educativo. A proposta dos PCNs reconhece a importância da participação do aluno, cabendo ao professor intermediar o aprendizado, ajudando o aluno a desenvolver suas capacidades.

Durante as décadas de 70 e 80 a tônica da política educacional brasileira recaiu sobre a expansão das oportunidades de escolarização, havendo um aumento expressivo no acesso à escola básica. Todavia, os altos índices de repetência e evasão apontam problemas que evidenciam a grande insatisfação com o trabalho realizado pela escola. (BRASIL, 1997, p.17).

Segundo (Brasil, 1997) em 1990 apenas 19% da população brasileira tinha o primeiro grau de ensino completo; 13% o nível médio e somente 8% o nível superior de ensino; além das imensas discrepâncias que havia entre os estados e regiões do país quanto aos anos de estudo de sua população, destacando a região Nordeste com o nível de escolaridade muito abaixo da média nacional; as taxas de repetência e evasão escolar do ensino fundamental eram altas, mas, no período de 1981 até 1992 houve uma melhora nas taxas referentes aos anos de estudo que subiram de 55% em 1984, para 62% em 1992 e uma queda nas taxas de repetência (33%) e de evasão escolar (5%) em 1992 .

Em 1990 o Brasil participou da Conferência Mundial da Educação para Todos em Jomtien na Tailândia, convocada pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial, passando a adotar o Plano Decenal da Educação, visando a melhoria da educação no Brasil. A coordenação da elaboração do plano foi responsabilidade do Ministério da Educação e do Desporto nos anos de 1993 até 2003. O relatório para a UNESCO sobre educação para o séc. XXI, resultante dessa Conferência Mundial da Educação para Todos, apresentou a seguinte proposta:

Segundo Delors (1998), a educação deve ser organizada em quatro aprendizagens fundamentais, que serão úteis ao indivíduo e que serão os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes

Em 1995 é criada a proposta dos "Parâmetros Curriculares Nacionais", sendo sua primeira publicação em 1997, tendo, no ensino fundamental, como disciplinas obrigatórias a Matemática, a Língua Portuguesa, as Ciências Naturais, a História, a Geografia, a Arte, a Educação Física, e os temas transversais: Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo; temas estes que devem permear toda a prática

pedagógica, visando ensinar não somente as disciplinas tradicionais, mas também a realidade física e social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, buscam auxiliar o professor na sua tarefa de assumir, como profissional, o lugar que lhe cabe pela responsabilidade e importância no processo de formação do povo brasileiro. Dada a abrangência dos assuntos abordados e a forma como estão organizados, os Parâmetros Curriculares Nacionais podem ser utilizados com objetivos diferentes, de acordo com a necessidade de cada realidade e de cada momento. (BRASIL, 1997, vol I, p.09)

Como podemos constatar na citação acima, o principal objetivo, ao se criar os PCNs foi o de auxiliar o professor na formulação das aulas, sendo ao mesmo tempo um material de consulta e de apoio, fazendo com que o aluno não só aprendesse o conteúdo mas fizesse uma contextualização e tivesse uma aprendizagem significativa, fazendo com que o aluno fosse o sujeito da sua própria formação; o aluno desenvolvendo as suas potencialidades e o professor sendo o facilitador nesse processo de aprendizagem. No mesmo texto, temos que o ensino fundamental tem os objetivos de capacitar o aluno para:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;

- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.(BRASIL, 1997, p. 69)

Conforme Brasil (1997) resalta nos PCNs, a criação dos mesmos sofreu influência das propostas de Estados e Municípios brasileiros; da análise sobre currículos oficiais e informações de outros países, bem como do Plano Decenal da Educação (1993 - 2003) que era um conjunto de diretrizes políticas que visavam a recuperação da escola fundamental e sua constante avaliação, este plano veio cumprir o que estabelece a Constituição de 1988, ou seja, a necessidade e obrigação do Estado de elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos.

O processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais teve início a partir do estudo de propostas curriculares de Estados e Municípios brasileiros, da análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais e do contato com informações relativas a outros países. Foram analisados subsídios oriundos do Plano Decenal de Educação, de pesquisas nacionais e internacionais, dados estatísticos sobre desempenho de alunos do ensino fundamental, bem como experiências de sala de aula difundidas em encontros, seminários e publicações. Formulou-se, então, uma proposta inicial que, apresentada em versão preliminar, passou por um processo de discussão em âmbito nacional, em 1995 e 1996, do qual participaram docentes de universidades públicas e particulares, técnicos de secretarias estaduais e municipais de educação, de instituições representativas de diferentes áreas de conhecimento,

especialistas e educadores. Desses interlocutores foram recebidos aproximadamente setecentos pareceres sobre a proposta inicial, que serviram de referência para a reelaboração. (BRASIL, 1997, vol I, p. 17)

2.3 OS TEMAS TRANSVERSAIS.

O Artigo Terceiro da Constituição Brasileira diz que:

Constituem objetivos fundamentais da República construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e diminuir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.(BRASIL,1997, p. 50)

Para atingir estes objetivos necessário se faz que o ensino nas escolas brasileiras trabalhe tanto os conteúdos como também a prática pedagógica visando alcançá-los; para isso os Temas Transversais foram incluídos nos PCN's, para dar ao ensino, uma dimensão mais ampla, visando educar para a cidadania, possibilitando ao indivíduo uma inclusão no meio social da nossa sociedade. A proposta para estes temas é trabalhar os Temas Transversais, nas diversas disciplinas tradicionais (Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências etc.) eles não constituem disciplinas a parte, isto é, eles devem permear os objetivos, as concepções, os conteúdos e as orientações didáticas das diversas disciplinas. Os Temas Transversais tratam de problemas sociais, tais como: saúde, ética, meio ambiente, etc.; devem, portanto, permear todo o ensino, conforme nos diz Brasil, (1997, p.26) "[...] todas as áreas educam em relação a questões sociais por meio de suas concepções e valores que veiculam nos conteúdos, no que elegem como critério de avaliação, na metodologia de trabalho que adotam, nas situações didáticas que propõem aos alunos."

Araújo (2003) diz que a educação está dividida em dois eixos, que são o da "instrução" e o da "formação ética do cidadão", e que eles são inseparáveis para se obter uma educação de qualidade, pois um completa o outro, devendo a escola trabalhar com os conteúdos do currículo tradicional e também com conteúdos que sejam relacionados com o cotidiano do aluno para que este estabeleça uma relação entre os saberes. Importante salientar que o autor lembra que para o indivíduo se desenvolver saudável e dignamente se faz necessário que

todos esses conteúdos sejam trabalhados na escola, sendo que, com a proposta dos temas transversais, a escola pode trabalhar conteúdos que estejam mais inseridos na realidade de seus alunos, como por exemplo: violência, drogas, inclusão social, etc., trazendo estes e outros temas pertinentes para dentro da sala de aula, possibilitando ao aluno um aprendizado mais contextualizado com a sua realidade. Os temas transversais contribuem muito para o aprendizado do aluno, sua criação foi sem dúvida um avanço na prática pedagógica.

O primeiro eixo, a "instrução", trata daqueles conhecimentos construídos historicamente pela humanidade e que cada cultura decide transmitir às futuras gerações. Assim, cada cultura, em cada momento histórico, estrutura a educação de seus alunos e suas alunas entorno de transmissão de determinados conteúdos que consideram relevantes, geralmente relacionados a áreas disciplinares como Matemática, Língua, História, Ciências, Educação Física, Artes, etc. O segundo eixo trata da "formação ética" do cidadão e da cidadã, da busca pelo desenvolvimento de alguns aspectos que deem aos jovens, às crianças, as condições físicas, psíquicas, cognitivas e culturais necessárias para uma vida pessoal digna e saudável e para poderem exercer e participar efetivamente da vida política e da vida pública da sociedade, de forma crítica e autônoma. (ARAÚJO, 2003, p. 30- 31)

Os critérios utilizados para a eleição dos temas transversais, segundo Brasil (1998, p. 25; 26) foram:

1º) Urgência social: a preocupação em se eleger como temas transversais temáticas do cotidiano do aluno que dificultam o exercício de sua cidadania, ou porque impossibilitam uma qualidade de vida, ou porque afrontam a dignidade das pessoas.

2º) Abrangência Nacional: indica a necessidade de conteúdos, ou questionamentos que sejam comuns à todas as diversas regiões do país, variando de intensidade de acordo com as especificidades de cada região.

3º) Possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental: este quesito veio nortear a escolha dos temas transversais e ficou delimitado o período do ensino fundamental para o desenvolvimento desses temas.

4º) Favorecer a compreensão da realidade e participação social: os temas transversais escolhidos devem ser trabalhados de maneira a proporcionar ao aluno uma visão realista e ampla da nossa realidade, possibilitando ao aluno participar ativamente da sociedade em que vive, exercendo com plenitude sua cidadania.

É comum os profissionais da área da educação confundirem interdisciplinaridade e transversalidade, julgando serem semelhantes, mas segundo Gallo (2000), o conceito de transversalidade formou-se por meio de contribuições diversas, ele surge como um avanço em relação aos conceitos de interdisciplinaridade, que pode ser definida como integração interna que rompe a estrutura de cada disciplina, dando lugar a um novo saber e pluridisciplinaridade, que seria a justaposição de disciplinas próximas. A transversalidade, que supõe um trânsito livre entre os inúmeros campos do saber, integrando as diversas áreas, possibilitaria ao aluno um acesso diferenciado e mais completo ao conhecimento.

Os conhecimentos não são mais apresentados como simples unidades isoladas de saberes, uma vez que estes se inter-relacionam, contrastam, complementam, ampliam e influem uns nos outros. Disciplinas são meros recortes do conhecimento, organizados de forma didática e que apresentam aspectos comuns em termos de bases científicas, tecnológicas e instrumentais. (BRASIL, 1998, p. 30).

Concordo com Brasil (1998) quando apontam que há uma semelhança entre os dois conceitos no tocante a complexidade do ensino da realidade e a teia de relações entre seus diferentes e algumas vezes contraditórios aspectos, mas há uma diferença entre eles, pois, a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, já a transversalidade refere-se a prática pedagógica. A interdisciplinaridade busca integrar as disciplinas, relacionando seus conteúdos questiona a visão fragmentada do ensino que está dividido em "disciplinas"; a transversalidade busca, através da prática pedagógica, estabelecer uma relação entre o aprender as teorias sistematizadas e sua aplicação na prática do dia a dia. No cotidiano escolar os dois conceitos, interdisciplinaridade e transversalidade, se inter-relacionam e se completam, pois as questões trazidas nos temas transversais requer esta inter-relação.

2.4 CURRÍCULOS FRAGMENTADOS.

Para Morin (2010a) o pensamento pode ser simplificador ou complexo, (definindo como complexo tudo aquilo que não podemos reduzir a uma explicação clara, a uma ideia simples, ou ainda a uma lei simples; lembra também que a origem da palavra é "complexus" do latim, que significa "o que é tecido em conjunto") O autor relata que o primeiro visa o

conhecimento do objeto de forma isolada, ou seja, ignorando o contexto em que ele esteja inserido; o segundo visa conhecer o objeto dentro do seu contexto, ligando-o a ele, ao processo ou organização em que ele esteja inserido. O autor relata que um conhecimento é melhor assimilado, mais rico, mais significativo quando o religamos a um fato, um elemento, uma informação, um dado, que faz parte do seu contexto.

Morin (2010a) afirma que é muito difícil o indivíduo assimilar o conhecimento quando os saberes estão separados por disciplinas ficando assim ininteligíveis não só ao aluno, mas também para os especialistas das disciplinas vizinhas. O autor, para melhor exemplificar sua teoria cita o filósofo Pascal que, conforme podemos constatar nas citações abaixo, embasa a teoria do autor.

"E como todas as coisas são causadoras e causadas, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e todas se mantêm por um laço natural e insensível que liga as mais afastadas e as mais diferentes, tenho como impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, bem como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes" (Pascal, apud Morin, 2010b, p. 25)

Segundo Morin (2010a), para melhor entendermos as ciências especiais deveríamos primeiro entendê-las na sua generalidade, isto é, no seu todo de forma genérica e não específica, pois as ciências particulares estudam os fragmentos e para se aprender sobre algo específico é necessário conhecer o lugar que cada elemento ocupa no todo; uma verdade particular só é compreendida quando aprendemos sobre sua relação com as outras, ou seja, sobre o contexto em que ela está inserida.

Morin (2010a) ressalta ainda que nosso conhecimento, durante séculos, foi regido pelo sistema cartesiano de ensino que segmenta os saberes isolando-os do todo para melhor estudar as partes escolhidas, desde os primeiros anos de ensino até a formação universitária. Assim, somos estimulados a reduzir o complexo ao simples, desligando assim o que está ligado e unindo os saberes múltiplos, eliminando tudo o que estiver "estorvando", ou esteja "dissociado" destes grupos. Enfatiza ainda que nossa mente é regida pelos princípios da redução, da disjunção e da abstração, que proporcionou, por séculos, o desenvolvimento das ciências, mas para o ensino isso foi ruim, pois ao juntarmos as partes, não se obtém o todo, fica sempre faltando algo que inicialmente, isto é, antes de fragmentarmos o todo, estava "ligando" um conhecimento ao outro; tornando assim impossível a compreensão do todo.

Para Araujo (2003),

[...] a escola continua organizada em torno das disciplinas tradicionais, que foram sua estrutura curricular, ou podemos chamar de "eixo vertebrador do sistema educacional". Isto significa que, nessa proposta as temáticas transversais, como a ética, os sentimentos, as drogas, o meio ambiente e a sexualidade, atravessam, perpassam, os conteúdos disciplinares tradicionais. A finalidade da educação continua sendo o ensino da Matemática, da Língua, das Artes, das Ciências, da História, etc., e, de diversas formas abram espaços para o trabalho com as novas temáticas consideradas relevantes pelo grupo social. (ARAÚJO, 2003, p.48-49).

A educação no Brasil tem currículos fragmentados desde o século passado, tendo como base as disciplinas de: Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia, Literatura, História, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Artes, etc., a maioria delas voltadas para o mercado de trabalho, conforme no diz Araújo (2003) acima citado. O autor ressalta ainda que é comum pensar que um trabalho pedagógico é interdisciplinar quando professores de disciplinas diferentes desenvolvem um projeto com o mesmo tema, mas, cada um na sua área de ensino, sem interligarem os saberes, para o autor, desta maneira, não há interdisciplinaridade, o ensino continua fragmentado.

Moreno (1998) afirma que o fato dos temas transversais estarem inseridos nos PCNs como proposta para a educação já é uma evolução para o ensino no Brasil, pois valorizam não só as ciências tradicionais, mas também os temas que fazem parte do cotidiano do educando. Ela concorda com Piaget quando diz que a construção do conhecimento, é pessoal, é um processo interno de pensamento onde o indivíduo relaciona diversas informações entre si, dando-lhes um significado; e no caso da educação para a saúde é necessário que exista esse entendimento, ou seja, o aluno deve interligar os saberes e descobrir o seu significado para assim vir a aprender e praticá-los.

Esta forma de currículo tem sua origem na Europa antiga, está portanto ultrapassado, não suprimindo mais as necessidades de aprendizagem do aluno atualmente. As disciplinas básicas deste currículo, segundo Moreno (1998), foram inspiradas pela Grécia Antiga, que tinha uma sociedade extremamente elitista e hierarquizada, onde mulheres e escravos (que eram a grande maioria da população da época) não eram considerados cidadãos, não tendo acesso aos estudos; pois estes eram reservados aos filósofos e à elite.

As escolas públicas antigamente, segundo Libâneo (1994), eram frequentadas pelos filhos da elite, ou seja, das famílias da classe alta e classe média da sociedade; estes alunos chegavam à escola com um preparo educacional adquirido em seus lares, que muito contribuía para o sucesso nos estudos; já o aluno que vinha das classes mais baixas da sociedade, sem ter tido o preparo pré-escolar em seu lar, tinha poucas oportunidades de ensino, restando a estes o ensino voltado à uma profissão que necessitasse mais de esforço físico do que o intelectual.

A metodologia usada para o ensino era a da memorização ou, como afirma Freire (1995) a "educação bancária", pois era uma educação "vertical", ou seja, uma educação onde o professor "transmite" os ensinamentos ao aluno e este apenas os decora muitas vezes sem compreender o seu verdadeiro significado. O aluno não questionava e não era estimulado a refletir, o bom aluno era aquele que decorava o conteúdo e mantinha-se quieto, acatando as ordens que seu mestre ditava. O aluno que não conseguia decorar boa parte do conteúdo dado, "repetia" o ano, isto é, teria que cursar novamente a mesma "série" e se fosse reprovado por mais de duas vezes, estava excluído do processo educacional.

Isso não deve e não pode ser feito através do depositar informações para os alunos. Por isso repudio a "pedagogia bancária" e proponho e defendo uma pedagogia crítico-dialógica, uma pedagogia da pergunta. A escola pública que desejo é a escola onde tem lugar de destaque a apreensão crítica do conhecimento significativo através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar; onde se propõe a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber crítico, científico mediados pelas experiências no mundo.(FREIRE, 1995, p.83)

Ainda segundo Freire (1974), este método de ensinar "aniquila" a capacidade de criticar, a capacidade de criação do indivíduo e o faz objeto em vez de sujeito da ação, é uma educação que oprime e aliena o cidadão para que este possa ser melhor manipulado pela elite da sociedade em que está inserido. Para Freire o homem é um ser de integração e precisa interagir com o mundo para fazer cultura.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, via ele dinamizando o seu mundo, Vai dominando a

realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. (FREIRE, 1974, p. 43)

No final dos anos de 1970 e início dos 1980, segundo Brasil (1998), com o fim do regime militar, muitos educadores se mobilizaram para melhorar a educação no Brasil e diminuir as desigualdades socioeconômicas que aqui havia. Nesta época, o educador Paulo Freire e outros educadores com concepções marxistas, retomaram a proposta pedagógica da "pedagogia libertadora" e da "pedagogia crítico-social dos conteúdos", que foi interrompida pelo regime militar.

2.4.1 CURRÍCULOS E CONTEÚDOS

Segundo Zabala (1998), quando pensamos em currículo escolar devemos pensar em duas perguntas "por que ensinar" e "o que ensinar". "A resposta à pergunta "por que ensinar?" devemos acrescentar a resposta a "o que ensinamos?", como uma questão mais acessível neste âmbito concreto de intervenção". (ZABALA, 1998, p. 30)

A respostas à estas perguntas seria os conteúdos, que para Zabala, (1998) é:

O termo "conteúdos" normalmente foi utilizado para expressar aquilo que deve se aprender, mas em relação quase exclusiva aos conhecimentos das matérias ou disciplinas clássicas e, habitualmente, para aludir àqueles que se expressam no conhecimento de nomes, conceitos, princípios, enunciados e teoremas. (ZABALA, 1998, p. 30)

Zabala (1998) afirma que devemos ampliar esta ideia restritamente disciplinar e de caráter cognitivo, pois eles não são a única forma de ensinar, isto na visão dos educadores que entendem a educação como veículo para uma formação integral do indivíduo, trabalhando não só as capacidades cognitivas, mas também todas as outras tais como: as motoras, as afetivas, etc.

Devemos nos desprender desta leitura restrita do termo "conteúdo" e entendê-lo como tudo quanto se tem que aprender para alcançar determinados objetivos que não apenas abrangem as

capacidades cognitivas, como também incluem as demais capacidades. Deste modo, os conteúdos de aprendizagem não se reduzem unicamente às contribuições das disciplinas ou matérias tradicionais. Portanto, também serão conteúdos de aprendizagem todos aqueles que possibilitem o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal, e de inserção social. (ZABALA, 1998, p. 30)

Ainda a respeito dos conteúdos Zabala (1998) aponta que ao analisarmos uma instituição de ensino podemos saber que conteúdos ela trabalha, se estes estão de acordo com os objetivos pretendidos pela escola, mas isto não basta para se ter um retrato fiel do ensino administrado, pois para tanto é necessário verificar também as atividades propostas na escola se estas são pertinentes e suficientes para alcançar os objetivos propostos.

Para Zabala (1998, p. 33) "[...] a questão que se coloca agora consiste em saber se aqueles conteúdos que se trabalham realmente são aprendidos. Aqui é onde devemos situar o outro referencial de análise: a concepção da aprendizagem."

Segundo Brasil (1997), os conteúdos escolhidos visam atender às demandas da prática social na atualidade e no contexto social do educando, possibilitando aos mesmos internalizar os conhecimentos que resultarão em atitudes saudáveis, não somente conceitual, mas também procedimental.

Os critérios utilizados na seleção foram:

- a relevância no processo de crescimento e desenvolvimento em quaisquer condições de vida e saúde particulares à criança e ao adolescente em sua realidade social;
- os fatores de risco mais significativos na realidade brasileira e na faixa etária dos alunos do ensino fundamental;
- a possibilidade de prestar-se à reflexão conjunta sobre as medidas de promoção, proteção e recuperação da saúde;
- a possibilidade de tradução da aprendizagem em práticas de cuidado em saúde e exercício da cidadania ao alcance do aluno. (BRASIL, 1997, p. 270)

2.5 O PROFESSOR E SUA CAPACITAÇÃO

Sabemos que o professor tem uma importante missão, ou papel na sociedade, mas talvez não tenhamos a real dimensão dessa tarefa, as citações abaixo descreve quão importante é a educação na vida do cidadão. Segundo Brasil (1998, p. 17) "O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política".

Para Kant (1996, p.15) "O homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Note-se que ele só pode receber esta educação de outros homens, os quais a recebem igualmente de outros". Vemos nesta citação a importância da educação para o ser humano, a diferença que uma boa educação pode fazer na vida do indivíduo, a importância do mestre que vai conduzir essa educação, ou esta formação do ser humano, em homem, como nos diz o filósofo.

Mizukami (1986) ressalva que quando entendemos o poder controlador que a educação tem, temos outro olhar para o ensino, e que muitos não admitem esse poder e ela concorda com Zabala quando diz que há o problema de saber o que se deve ensinar, pois o principal objetivo da educação é formar indivíduos autônomos que possam agir de maneira consciente, agindo e interagindo com o meio onde vive.

Concordo com Mizukami quando diz que o professor poderia ser denominado como um engenheiro comportamental, pois sua missão é a de facilitar ao aluno a aprendizagem, planejando, isto é, usando de estratégias, e analisando ao mesmo tempo as contingências. "Deverá, portanto, dispor e planejar melhor as contingências desses reforços em relação às respostas desejadas." (MIZUKAMI, 1986, p. 32)

Mizukami (1986) menciona que a metodologia que o professor deve usar para proporcionar uma aprendizagem significativa para o aluno na visão comportamentista. Diz que o ensino tem que ser individualista, isto é, deve-se adotar uma estratégia de ensino para cada aluno, ajustada às suas necessidades obtendo-se assim o máximo de sua aprendizagem, desempenho e desenvolvimento; o mestre deve usar as estratégias que atinjam o maior número de alunos.

Tal individualização implica: especificação de objetivos; envolvimento do aluno; controle de contingências; feedback constante que forneça elementos que especifiquem o domínio de uma determinada habilidade; apresentação do material em pequenos passos e respeito ao ritmo individual de cada aluno. (MIZUKAMI, 1986, p. 32)

Mizukami (1986) ressalva que o professor não transmite o conteúdo, mas dá assistência ao aluno, facilitando assim a aprendizagem, o conteúdo vem das experiências dos alunos e o aprendizado torna-se um processo natural realizado quando o aluno interage com o meio. A autora fala ainda que o conteúdo da educação deveria ser formado pelas experiências vividas pelos alunos e pelas reconstruções que eles conseguem fazer. "O comportamento é moldado a partir da estimulação externa,, portanto o indivíduo não participa das decisões curriculares que são tomadas por um grupo do qual ele não faz parte." (MIZUKAMI, 1986, p. 28).

Freire (1974) também cita a importância do mestre bem preparado para ensinar seus alunos e ajudá-los a construir um futuro melhor para toda sociedade, não somente para a elite, mas para todo cidadão que contribui para construir uma nação próspera e verdadeiramente democrática. "Uma pedagogia da liberdade pode ajudar uma política popular, pois a conscientização significa uma abertura à compreensão das estruturas sociais como modos da dominação e da violência." (FREIRE, 1974, p.16)

Zabala (1998) afirma que o professor deve estar atento à diversidade dos seus alunos, pois, várias correntes psicológicas tentam explicar como ocorre a aprendizagem e que há mais de cem anos existem estudos e trabalhos sobre este tema, mas nosso conhecimento sobre este assunto ainda é insuficiente para nos dar respostas precisas para muitas coisas na área da cognição, e que há muitos desacordos entre as várias correntes da área psicológica, mas que em alguns princípios todas elas concordam:

[...] as aprendizagens dependem das características singulares de cada um dos aprendizes; correspondem, em grande parte, às experiências que cada um viveu desde o nascimento , a forma como se aprende e o ritmo da aprendizagem variam segundo as capacidades, motivações e interesses de cada um dos meninos e meninas; enfim, a maneira e a forma como se produzem as aprendizagens são o resultado de processos que sempre são singulares e pessoais. (ZABALA, 1998, p. 34).

Na citação abaixo o autor nos fala da concepção construtivista de Piaget e da concepção de Vygotsky , do papel ativo do aluno no processo da aprendizagem e do papel igualmente ativo do mestre que dispõe das condições para conduzir este processo, fazendo com que o aprendizado do aluno seja mais amplo ou restrito, oriente-se em um ou outro sentido; através da observação e da ajuda que dá aos seus alunos.

Como se tem repetido continuamente, a aprendizagem significativa não é uma questão de tudo ou nada, mas de grau - do grau em que estão presentes as condições que mencionamos. Assim, pois, a conclusão é evidente: o ensino tem que ajudar a estabelecer tantos vínculos essenciais e não arbitrários entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios quanto permita a situação. (ZABALA, 1998, p. 38)

Segundo Vygotsky (1979, apud por Zabala 1998, p. 38) "Assim, concebe-se a intervenção pedagógica como uma ajuda adaptada ao processo de construção do aluno; uma intervenção que vai criando Zonas de Desenvolvimento Proximal) e que ajuda os alunos a percorrê-las". Se pensarmos em aprendizagem não como disciplinas, ou matéria, mas como tipos de aprendizagem conceitual, procedimental e atitudinal, veremos que há uma semelhança na forma de aprendê-los e de ensiná-los pelo fato de serem conceitos, fatos, métodos, atitudes, procedimentos, etc., e não por estarem restritos a uma disciplina.

O sistema educacional tem como finalidade básica promover mudanças nos indivíduos, mudanças essas desejáveis e relativamente permanentes, as quais implicam tanto a aquisição de novos comportamentos quanto a modificação dos já existentes, para tanto, os temas transversais auxiliam bastante no aprendizado, mas o professor tem que lembrar que os conteúdos e objetivos estão articulados e ao planejar as atividades em sala de aula, estas devem estar articuladas com o planejamento e objetivos da escola, com a distribuição dos conteúdos, com as prioridades didáticas eleitas, com a seleção do material a ser utilizado, com o planejamento e execução dos projetos; para tanto, os PCNs nos diz que:

Tal proposta, no entanto, exige uma política educacional que contemple a formação inicial e continuada dos professores, uma decisiva revisão das condições salariais, além da organização de uma estrutura de apoio que favoreça o desenvolvimento do trabalho (acervo de livros e obras de referência, equipe técnica para supervisão, materiais didáticos, instalações adequadas para a realização de trabalho de qualidade), aspectos que, sem dúvida, implicam a valorização da atividade do professor (BRASIL,, 1998, p.30)

Sabemos que a pedagogia tradicional é centrada no professor que não só instrui, mas também vigia, corrige e aconselha seus alunos, já a pedagogia renovada, que surgiu com o movimento da Escola Nova ou Escola Ativa, valoriza o indivíduo como ser livre, ativo e

social e o centro da ação pedagógica não é o professor, nem os conteúdos, mas o aluno e o processo de aprendizagem o mais importante no ensino. A função do professor é a de facilitar o aprendizado organizando e coordenando as diversas situações de aprendizagem, como podemos ver no texto abaixo.

A orientação proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais reconhece a importância da participação construtiva do aluno e, ao mesmo tempo, da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos específicos que favoreçam o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo. Ao contrário de uma concepção de ensino e aprendizagem como um processo que se desenvolve por etapas, em que a cada uma delas o conhecimento é “acabado”, o que se propõe é uma visão da complexidade e da provisoriidade do conhecimento.(BRASIL,1998, p.31)

O professor precisa ter uma boa formação acadêmica para poder desempenhar suas funções conforme as propostas dos PCNs e segundo Brasil (1997, p.24)

O desempenho dos alunos remete-nos diretamente à necessidade de se considerarem aspectos relativos à formação do professor. Pelo Censo Educacional de 1994 foi feito um levantamento da quantidade de professores que atuam no ensino fundamental, bem como grau de escolaridade. Do total de funções docentes do ensino fundamental (cerca de 1,3 milhão), 86,3% encontram-se na rede pública; mais de 79% relacionam-se às escolas da área urbana e apenas 20,4% à zona rural.

Para Brasil (1997), o professor tem que ter mais que uma formação consistente, uma formação continuada, isto é, um processo de formação sem fim, pois o professor nunca tem a sua formação completa; deve ele buscar sempre novas capacitações tendo sempre uma visão reflexiva e crítica sobre a prática pedagógica. Além desta formação do mestre deve-se ainda investir em melhores condições de trabalho no ensino equipando as escolas com bibliotecas com: " [...] acervo de livros e obras de referência, equipe técnica para supervisão, materiais didáticos, instalações adequadas para a realização de trabalho de qualidade, aspectos que, sem dúvida, implicam a valorização da atividade do professor". (BRASIL, 1997, p.30)

2.6 O TEMA TRANSVERSAL SAÚDE

Segundo Lomônaco,(2004), o tema saúde foi trabalhado ao longo da historia da educação brasileira em vários momentos, primeiro tivemos a educação higienista (1903 a 1920), que fazia uso da força policial para se tratar as questões de saúde, também usada no regime do governo de Getúlio Vargas (1931 e 1932), em 1924, Carlos Sá e César Leal Ferreira criaram o primeiro pelotão de saúde em uma escola estadual na cidade de São Gonçalo no Rio de Janeiro e em 1925, este modelo foi adotado pelas escolas primárias do antigo Distrito Federal visando a divulgação dos hábito e noções de higiene

No início do sec. XX a educação tinha um projeto pedagógico ainda pautado na higiene, ressaltando que esta poderia sozinha promover o bem-estar físico e moral do indivíduo. Nesta época, o projeto pedagógico das escolas era composto por um conjunto de regras que, se bem seguidas, permitiriam ao indivíduo desfrutar de uma boa saúde apesar das desigualdades socioeconômicas da população.

Em 1941, no ensino primário (equivalente hoje ao fundamental), o ensino da saúde estava voltado para a higiene, não na abordagem pedagógica, mas sim de cunho assistencialista. O ensino do tema saúde, a partir de 1920, fica mais focado na Educação para a Saúde, abordando temas como nutrição, desnutrição antropométrica, assistência médica-odontológica; sendo que, a proposta dos higienistas era a inclusão da disciplina de higiene e Puericultura nas Escolas Normais, visando formar professores de Higiene. Em 1942 foi criado o SESP Serviço Especial de Saúde Pública, mudando o foco da educação higienista, ou sanitária, pois a educação sanitária passa a ser de atribuição de diversos profissionais, incluindo entre outras a preparação de professores da rede pública de ensino como agentes educacionais de saúde. (LOMÔNACO, 2004).

A lei 5692, criada na década de 1970 (séc. XX), cria o Programa de Saúde, tomando por parâmetro as propostas de Anísio Teixeira que esteve em vigor de 1934 à 1962, e incluía noções de higiene e puericultura na disciplina de ciências naturais, além das de preservação da saúde; estes temas eram trabalhados na disciplina Programa de Saúde e na disciplina Prática de Saúde (ou Projeto de Saúde Escolar), a cargo do professor de ciências, com o projeto elaborado pelos técnicos da área de saúde; e em 1972 elaborou-se um guia curricular visando dar uma visão global de saúde, a bio-psico-social, e, introduziu-se o termo Educação em Saúde e mudaram-se os programas da disciplina visando modificar o conceito assistencialista que havia na educação para a saúde. (LOMÔNACO, 2004).

Segundo Brasil(1997), trabalhar o tema transversal Saúde ao longo da história da educação brasileira e até os dias de hoje tem sido um desafio grande para os educadores, pois visa não somente ensinar o conteúdo saúde e higiene, mas também mudar comportamentos, hábitos prejudiciais a nossa saúde e na prevenção de endemias e epidemias. Comprovado está que não basta transmitir informações a respeito do nosso organismo, das características das doenças, nem mesmo dos hábitos de higiene, é preciso conscientizar, educar para a saúde, fazendo o aluno estabelecer a relação entre a teoria e a prática no seu dia a dia; por isso saúde é um dos temas transversais, devendo, como tal, permear toda prática educativa.

Em Brasil (1997), lemos que a saúde de qualidade só é alcançada com as condições dignas de vida para os cidadãos, ou seja, com moradia digna, por meio de hábitos saudáveis, pela educação, etc. Queremos aqui destacar este aspecto que é o da educação, pois como sabemos a responsabilidade do educador em trabalhar o tema transversal saúde é muito grande e a maneira como ele for abordado em sala de aula, principalmente no ensino fundamental, terá, certamente, muita reflexão no tipo de vida e no comportamento saudável que adotará quando o aluno adulto for.

O texto referente a este tema transversal contido no PCN da saúde está dividido em duas partes, que são: 1ª parte - a concepção do que é saúde; a 2ª parte são apresentadas as possibilidades de trabalho com o tema.

2.6.1 O QUE É SAÚDE.

Na história da humanidade saúde sempre significou a ausência de doenças, a longevidade, o vigor físico e mental, mas a palavra saúde que originalmente é salute (do latim) que significa salvação, ou conservação da vida, vem sofrendo transformações em seu significado e entre as diversas concepções da palavra saúde, destacamos a da OMC Organização Mundial de Saúde: “Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”.

Brasil (1997) menciona que a pergunta agora é: O que é ter boa saúde se esta não é somente a ausência de doenças? e Como podemos definir se uma pessoa está ou não doente? Um bom exemplo é o de uma pessoa que tem algum tipo de enfermidade mas está perfeitamente integrada na sociedade, ao seu grupo de relacionamentos sociais, participa do processo produtivo, apesar da sua enfermidade ou limitação física. Tomamos como exemplo os deficientes físicos permanentes ou temporários (que são vítimas de acidentes), eles tem

limitações mas não interrompem o seu desenvolvimento humano e não deixam de ter hábitos saudáveis em sua vida. Podemos pensar ainda nas pessoas que usam óculos, no enfermo que está em um leito de hospital mas ainda assim se alimenta, se comunica com as pessoas, produz ideias, eles podem ser considerados cem por cento doentes?

O mesmo texto lembra que saúde e doença são termos abstratos, não estáticos, assim como a vida não é estática e sim dinâmica sofrendo mudanças o tempo todo, tanto no âmbito individual, como no social. O conceito de saúde pode variar de acordo com a cultura das pessoas e ele tem alto grau de subjetividade e determinação histórica, dependendo do entendimento e referencial das pessoas quando avaliam se tem "mais ou menos saúde" dentro de um contexto histórico (BRASIL, 1997)

Quando se amplia o entendimento entre a pessoa e o meio ambiente, a concepção de saúde e doença, esta passa a ter um caráter biológico, que é a doença, buscando-se as condições mais favoráveis ao desenvolvimento da saúde, proporcionando assim a ideia de tratar saúde e doença como estados independentes que resultam de relações mecânicas da pessoa com o meio ambiente.

Outro conceito de saúde e doença é o de que a doença é resultante da própria forma de organização da sociedade. Esse conceito não desvincula a doença do fator biológico, mas entende que saúde é um tema coletivo e social, entendendo assim que a sociedade tem que se organizar em defesa da saúde e da vida

Atuar sobre a saúde não é só pensar na herança genética, ou em empenhos individuais, ou ainda pensar que ela depende apenas da atuação do poder público e, ou, de fatores sociais. Atuar sobre a saúde é um dever de todos e não somente dos profissionais de saúde ou do governo, ou ainda do indivíduo.

A principal motivação dos Parâmetros Curriculares de Educação para a Saúde é crer que a cidadania é a atuação do sujeito no processo saúde/doença. (BRASIL, 1997).

2.6.2 BUSCANDO DINAMIZAR O CONCEITO DE SAÚDE.

Quando se fala em saúde, é sempre conveniente notar que ela é produzida nas relações com o meio físico, social e cultural e são muitos os mecanismos que determinam as condições de vida, nascimento, morte e as relações entre saúde e doença das pessoas. Entre os inúmeros fatores determinantes de saúde, temos:

- Os fatores biológicos (sexo, idade, características pessoais, herança genética).
- Os fatores externos que são determinados pelo meio físico (que engloba as condições geográficas, as características da ocupação humana, moradia, trabalho, etc.; as fontes de água para consumo, potáveis, com tratamento sanitário próprio para o consumo humano; disponibilidade e qualidade dos alimentos, cesta básica balanceada nutricionalmente, alimentos sem contaminações, etc.).
- O meio socioeconômico e cultural, que expressa os níveis: de renda e trabalho; do acesso ao lazer; da educação formal; da liberdade, ou seja, do grau de liberdade que o indivíduo desfruta; dos hábitos; das relações pessoais; do acesso aos serviços de saúde e a qualidade no atendimento prestados tanto na recuperação da saúde quanto nas prevenções de doenças, (BRASIL, 1997, p. 251)

Quando falamos em saúde nota-se que muitos elementos que influenciam na mesma, não são prontamente lembrados, tais como: a qualidade da água usada no consumo e do ar que respiramos, condições de trabalho, a miséria, a desnutrição, o consumismo desenfreado, as formas de inserção no mercado de trabalho, os aspectos éticos e morais relacionados à saúde; à vida; aos direitos e deveres do cidadão, da sociedade e dos governos. e porque não dizer das omissões das ações relacionadas com a saúde e a vida do cidadão. (BRASIL, 1997)

A ciência tem avançado muito em todos os aspectos da saúde, tanto na parte medicamentosa, como na parte tecnológica; então por que ainda não temos acesso a estes tratamentos? Por que muitas pessoas ainda padecem e chegam ao óbito por doenças que já tem cura? Alguns dos principais fatores são:

- as políticas sociais e de saúde públicas que não direcionam bem as prioridades nessas áreas.
- os fatores de risco que são os hereditários (genéticos), os étnicos, os de gênero.
- os do meio ambiente onde a pessoa vive, trabalha e estuda.

Mediante estas considerações podemos dizer que não há indivíduo que tenha plena saúde, ou que esteja totalmente doente, pois, o tempo todo, ao longo de sua existência altera momentos de saúde com os momentos de doença. pelo fato de sofrer influências do meio, e de fatores genéticos, conforme já citados. (BRASIL, 1997)

A saúde, atualmente, deixou de ser sinônimo de ausência de doença para significar o bem estar físico e psicológico do indivíduo, e conseqüentemente o aumento de

desenvolvimento de suas capacidades individuais e coletivas, na defesa da vida, ao vencer os desafios, a participar ativamente, como cidadão consciente, da vida e decisões de sua comunidade e de seu país. "Saúde é, portanto, produto e parte do estilo de vida e das condições de existência, sendo a vivência do processo saúde/doença uma forma de representação da inserção humana no mundo". (BRASIL,1997, p. 252)

2.6.3 AS DIVERSAS AÇÕES NA ÁREA DA SAÚDE AO LONGO DO TEMPO

Ao longo de vários anos o governo brasileiro, principalmente a nível federal, visando promover a saúde dos brasileiros, vem implantando ações, muitas delas dispendiosas, que não são mais eficazes para manter a saúde pública de qualidade para esta e para as próximas gerações. Os desafios são grandes, mas passíveis de execução, como podemos ver em vários municípios brasileiros que cumpriram a lei e colocaram em funcionamento o SUS, diminuindo a taxa de mortalidade infantil, a desnutrição, oferecendo o tratamento para as doenças bucais, trabalhando no controle das doenças transmissíveis e nas passíveis de controle com medicamentos, em suma, trabalhando mais na prevenção de doenças do que no tratamento das mesmas.

Brasil (1997), resalta o conceito de "Cidade Saudável", que surgiu no Canadá nos anos 1980, que vem norteando projetos para melhorar a qualidade de vida nas cidades no mundo inteiro, conforme foi incorporado pela Organização Mundial de Saúde, que considera que uma cidade saudável deve ter:

- uma comunidade forte, solidária e constituída sobre bases de justiça social, na qual ocorre alto grau de participação da população nas decisões do poder público;
- ambiente favorável à qualidade de vida e à saúde, limpo e seguro; satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, incluídos a alimentação, a moradia, o trabalho, o acesso a serviços de qualidade em saúde, educação e assistência social;
- vida cultural ativa, sendo promovidos o contato com a herança cultural e a participação numa grande variedade de experiências;
- economia forte, diversificada e inovadora. Unicef, 1993 (BRASIL, 1997, p.254)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 196, Seção II - Da Saúde declara que: "A saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantido

mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". (BRASIL, 1988, s/p.) .

Esta mesma Constituição prevê a instituição do SUS (Sistema Único de Saúde) dirigido nas três esferas de governo: Municipal, Estadual e Federal, e com o controle dos usuários por meio das participações nas Conferências e nos Conselhos de Saúde. O atendimento a saúde outrora centrado nos centros hospitalares, nos exames laboratoriais, nas consultas médicas e no consumo exagerado de medicamentos, que visava curar o doente depois da doença já manifestada; hoje está centrada na prevenção , na cura, na diminuição do sofrimento de pessoas com doenças crônicas ou com deficiências físicas, devendo atuar como guardião da saúde individual e da comunidade, para assim diminuir a demanda pelo tipo de serviço anteriormente prestados, ou seja, com internações hospitalares, medicamentos muitos deles caros, etc. Os princípios do SUS de universalidade, de equidade e de integralidade, são hoje referência para o planejamento e promoção, de proteção e recuperação da saúde.

2.6.4 AS POSSIBILIDADES DE TRABALHO COM O TEMA SAÚDE.

Brasil (1997, p.257) afirma que "O que a sociedade entende por saúde está sempre presente na sala de aula e no ambiente escolar"; podemos ver nesta citação quão importante é trabalhar o tema saúde em sala de aula e no ambiente escolar.

No século passado a escola trabalhava o tema saúde com conteúdos que ensinavam o que era doença e o que era saúde, que eram basicamente os conceitos tratados em sociedade, trabalhados nas disciplinas de Higiene, Puericultura, Nutrição e Dietética ou Educação Física; e mais recentemente a disciplina de Ciências Naturais e de Biologia trabalhavam os conhecimentos de saúde e de doença, e mesmo divulgando a importância das condições de vida para o cidadão se desenvolver saudavelmente, a escola continuou trabalhando o conceito de que o grande "vilão" da má condição da saúde do indivíduo era o agente da doença, ou seja, a bactéria, o vírus, etc., e não as condições de vida ou do meio em que vive essa pessoa doente que possa ter proporcionado as condições para o indivíduo adoecer. Um bom exemplo é abaixo citado.

- por que nem todas as pessoas infectadas com o bacilo de Koch ficam doentes?
- por que a tuberculose é praticamente ausente de certos grupos sociais?
- quais as condições e/ou características de vida daqueles que apresentam o bacilo e adoecem?
- por que a incidência dessa doença voltou a crescer em anos recentes?

(BRASIL, 1997, p.257)

A escola não buscava questionar estas indagações; limitava-se a apresentar apenas os processos biológicos dos fatos. Foi somente em 1971, com a lei nº 5.692 que foi instituído formalmente no currículo escolar o tema saúde que tinha a denominação de Programas de Saúde que tinha como finalidade desenvolver na criança e no adolescente a prática de hábitos saudáveis nas questões de higiene pessoal, na alimentação, na prática de esportes, no trabalho e no lazer, visando assim, preservar a boa saúde individual e da sociedade.(BRASIL, 1997).

Em 1977 o Conselho Federal de Educação reafirma que os Programas de Saúde não devem ser trabalhados como disciplina na escola, mas sim como uma temática que seja inerente à prática pedagógica, fazendo parte dos objetivos da escola, sendo trabalhado nas diversas disciplinas especialmente na de Ciências, Estudos Sociais e Educação Física.

Até os anos 80 esse modelo de ensino persistiu, mas com enfoque sempre na disciplina de Ciências Naturais para trabalhar com o tema saúde; e ainda hoje, salvo algumas exceções, o enfoque do ensino da saúde é o da doença em si e não nos fatores e condições favoráveis ao seu surgimento. Quando a escola trabalha a prevenção da doença focando em atitudes individuais, o aluno tem dificuldades em aceitar que as suas atitudes possam reverter o quadro das doenças, pois seu raciocínio está focado somente no aspecto biológico.

Qual seria então a atitude que a escola deve tomar para melhorar esse aprendizado?
(BRASIL, 1997).

2.7 A RELAÇÃO ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE.

Brasil (1997) ressalta que existe uma diferença em "ensinar saúde" e "educar para a saúde". Ensinar saúde é o que se faz na disciplina de ciências e, segundo os PCNs, isto não é suficiente para garantir a aprendizagem de conceitos e mudança de atitudes necessárias à promoção da saúde. Diz também que o papel da escola é fundamental na infância e

adolescência do educando, devido a sua função social e seu potencial para desenvolver um trabalho sistematizado e contínuo, devendo portanto, assumir a responsabilidade da educação para a saúde. Declara ainda que somente a informação sobre saúde praticamente não promove mudanças de comportamento, isto pode se notar na experiência dos profissionais de saúde.

Estudos realizados em vários países demonstram que a mortalidade infantil é menor nos casos de mães com mais anos de estudos no ensino básico, independente da faixa salarial da família. A mãe que teve um bom aprendizado no ensino fundamental consegue entender melhor uma propaganda educativa, uma prescrição médica, ou mesmo uma bula de remédio, compreende melhor seus direitos e deveres com a saúde (BRASIL, 1997).

Ao articular conhecimentos, atitudes, aptidões e comportamentos, não só individuais, mas em conjunto com a sociedade, a escola promove o desenvolvimento da autonomia do educando e atende também aos anseios da sociedade, não tendo a pretensão de substituir as mudanças necessárias para garantir uma boa qualidade de vida às pessoas, mas pode contribuir muito para viabilizar esse processo.

A Organização Mundial de Saúde relata alguns quesitos de escolas que conseguem contribuir para a promoção da saúde, conforme afirma Brasil (1997, p.260).

- têm uma visão ampla de todos os aspectos da escola, provendo um ambiente saudável e que favorece a aprendizagem, não só nas salas de aula, mas também nas áreas destinadas ao recreio, nos banheiros, nos espaços em que se prepara e é servida a merenda, enfim, em todo o prédio escolar;
- concedem importância à estética do entorno físico da escola, assim como ao efeito psicológico direto que ele tem sobre professores e alunos;
- estão fundamentadas num modelo de saúde que inclui a interação dos aspectos físicos, psíquicos, socioculturais e ambientais;
- promovem a participação ativa de alunos e alunas;
- reconhecem que os conteúdos de saúde devem ser necessariamente incluídos nas diferentes áreas curriculares;
- entendem que o desenvolvimento da auto-estima e da autonomia pessoal são fundamentais para a promoção da saúde;
- valorizam a promoção da saúde na escola para todos os que nela estudam e trabalham;
- têm uma visão ampla dos serviços de saúde voltados para o escolar;

- reforçam o desenvolvimento de estilos saudáveis de vida e oferecem opções viáveis e atraentes para a prática de ações que promovem a saúde;
- favorecem a participação ativa dos educadores na elaboração do projeto pedagógico da educação para a Saúde;
- buscam estabelecer inter-relações na elaboração do projeto escolar.

2.8 COMO DEVE SER TRABALHADO O TEMA SAÚDE?

Segundo Brasil (1997, p. 261) "[...] educamos, hoje, crianças e jovens que irão viver a maior parte de suas vidas em um mundo que é desconhecido para nós". A escola é o campo propício para se trabalhar o tema saúde, pois lá, a todo instante, os alunos estão vivenciando situações que permitem ao educador reforçar os conceitos de saúde, devendo esse tema ser trabalhado de maneira natural, relacionando-o às situações do cotidiano do indivíduo; deve ainda a escola oferecer boas condições de ensino, tais como, local adequado para prática de atividade física, banheiros em boas condições de uso, etc., para que o aluno possa vivenciar na escola o que é aprendido em sala de aula.

O texto acima vem reforçar a ideia do filósofo Kant que nos diz que o princípio da pedagogia não é educar a criança para o estado presente, mas sim para o futuro, visando, segundo ele, um estado melhor. Diz ainda que os pais educam os filhos para viverem no mundo presente, mesmo sabendo que ele é corrupto, mas deveriam educá-los para um mundo melhor no futuro. (KANT, 1996)

Na educação para a saúde é importante que o mestre seja o motivador que introduz os problemas atuais, problematize e faça a mediação das discussões por meio de estratégias facilitando assim a prática pedagógica, principalmente quando ele, professor, trabalha com os maiores de 12 anos de idade, pois nesta fase da vida, a adolescência, o aluno está buscando sua autonomia e diferenciando-se da família, e a vivência com os amigos ganha especial atenção; é uma fase da vida do indivíduo em que ele busca a sua identidade e molda seu comportamento para sentir-se "parte do grupo", acolhendo normas de convivência, costumes, valores e interesses compartilhados.

Seu corpo sofre transformações físicas e emocionais, ele tem muita curiosidade, ansiedade e está buscando novas experiências, estando muitas vezes em situação de risco, pois os amigos somados a estas características de transformação indagações a respeito favorecem estes comportamentos de risco. A educação tem papel importantíssimo nessa fase pois

favorece a construção da autonomia do aluno e ajuda-o nas tomadas de decisões, incentivando e valorizando comportamentos que levarão à uma vida saudável. É importante que haja discussões sobre o comportamento saudável, com formulações e explicações em grupo, a respeito de hábitos, ideias, conceitos e atitudes dos alunos nas questões de saúde, para que possam não somente aprender, mas também refletir sobre elas. (BRASIL, 1997).

Segundo Brasil (1997) , a educação para a saúde na escola passa pelo aprendizado teórico, mas não é este o principal elemento para uma aprendizagem efetiva, para tanto se faz necessário uma mobilização para mudanças individuais e coletivas, que só é conseguido com a aquisição de valores, de hábitos e atitudes saudáveis. Está comprovado, inclusive pelos profissionais de saúde, que só a informação não é suficiente, pois ela sozinha tem pouco ou, em alguns casos, nenhum efeito na mudança de comportamento do indivíduo.

A escola precisa trabalhar conteúdos e adotar novas metodologias que permitam ao aluno estruturar e fortalecer hábitos e comportamentos saudáveis, e que ele, aluno, possa não somente modificar-se, mas também influenciar o meio em que vive. A metodologia utilizada deve proporcionar ao aluno a identificação de problemas, a pesquisa com a elaboração de hipóteses, coleta de dados, desenvolvimento de soluções para uma vida mais saudável, a formulação de mensagens elaboradas pelos alunos. (BRASIL, 1997).

2.9 A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR O TEMA SAÚDE NO ENSINO FUNDAMENTAL.

A importância da instrução para o ser humano é vital, como nos diz Kant , tanto para sua sobrevivência, como também para diferenciá-lo dos demais animais. " O homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação. Consequentemente, o homem é infante, educando e discípulo". (KANT, 1996, p. 11)

A disciplina transforma a animalidade em humanidade. Um animal é por seu próprio instinto tido aquilo que pode ser; uma razão exterior a ele tomou por ele antecipadamente todos os cuidados necessários. Mas, o homem tem necessidade de sua própria razão. Não tem instinto, e precisa formar por si mesmo o projeto de sua conduta. Entretanto, porque ele não tem a capacidade imediata de o realizar, mas vem ao mundo em estado bruto, outros devem fazê-lo por ele. (KANT, 1996, p.11, 12)

Na citação acima, o filósofo deixa claro que o ser humano necessita de instrução para viver e sobreviver nesse mundo, que, ao nascer, não tem capacidade de cuidar-se sozinho, nasce inteiramente dependente dos pais e ao crescer, precisa da escola e de outras pessoas que o oriente para a vida, não somente individual ou familiar, mas também em sociedade.

Segundo Kant (1996, p.14), "No homem a brutalidade requer polimento por causa de sua inclinação à liberdade; no animal bruto, pelo contrário, isto não é necessário, por causa do seu instinto". O filósofo nos fala que o ser humano se faz quando é educado, ou ainda, ele se transforma conforme recebe instrução e se aprimora cada vez que recebe a educação apropriada, aquela que vai lapidar o educando e prepará-lo para ser cidadão, para poder não somente sobreviver na sociedade em que está inserido, mas também participar ativamente dela e modificá-la sempre que for necessário para melhor a vida de seus membros."O homem tem necessidade de cuidados e de formação. A formação compreende a disciplina e a instrução".

O homem deve, antes de tudo, desenvolver as suas disposições para o bem; a Providencia não as colocou nele prontas; são simples disposições, sem a marca distintiva da moral. Torna-se melhor, educar-se e, se se é mau, produzir em si a moralidade: eis o dever do homem. Desde que se reflita detidamente a respeito, vê-se o quanto é difícil. A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens. De fato, os conhecimentos dependem da educação e esta, por sua vez, dependem daqueles. (KANT, 1996, p.20)

Freire (1974, p.6) relata que o indivíduo só se torna realmente livre através da educação e que a educação tem o poder e a missão de modificar as pessoas. "Eis aí um princípio essencial: a alfabetização e a conscientização jamais se separam. Princípio que, de nenhum modo, necessita limitar-se à alfabetização, pois tem vigência para todo e qualquer tipo de aprendizado".

Skinner (1980, apud por MIZUKAMI, 1986, p 208), relata que o homem é um produto, sempre inacabado, ou seja, um produto que está sendo aprimorado a cada momento que é educado, sofrendo assim um constante processo evolutivo; conforme citação abaixo.

O homem, dentro desse referencial, é considerado como o produto de um processo evolutivo no qual essencialmente as mudanças acidentais no dote genético foram diferencialmente

selecionadas por características acidentais do ambiente, mas ele agora alcançou o ponto a partir do qual pode examinar o processo e fazer algo a respeito,... Os arranjos adventícios das variáveis tanto genéticas quanto ambientais levaram o homem à sua atual posição, e são responsáveis tanto por seus erros quanto por suas virtudes.

Mizukami (1986), sugere que, para Skinner, o mundo já está construído, o homem é um produto do meio, e que o meio pode ser mudado, o comportamento pode ser mudado modificando-se as condições ambientais.

Kant (1996, p. 21,22) aponta que “Uma vez que as disposições naturais do ser humano não se desenvolvem por si mesmas, toda educação é uma arte”. Podemos comprovar a veracidade desta afirmação quando vemos um mestre ensinando seu discípulo a viver melhor, quando este mestre consegue capacitar seu aluno a exercer plenamente sua cidadania. O filósofo diz ainda que “A arte da educação ou pedagogia deve, portanto, ser raciocinada, se ela deve desenvolver a natureza humana de tal modo que esta possa conseguir o seu destino”.

Segundo Kant, o princípio da pedagogia não é educar a criança para o estado presente, mas sim para o futuro, visando, segundo ele, um estado melhor; os pais educam os filhos para viverem no mundo presente, mesmo sabendo que ele é corrupto, mas deveriam educá-los não para um mundo presente, mas sim para o futuro, visando, segundo ele, um estado melhor, uma sociedade melhor, um mundo melhor para se viver.

Assim podemos dizer que a missão principal da pedagogia é preparar o educando para viver e modificar o futuro, como nos diz Freire (1974),

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. (FREIRE, 1974,p. 43)

Importante resaltar que o aprendizado significativo, ou aquele que pode mudar o comportamento do indivíduo se faz não só com o acúmulo de conhecimento, mas também com o estímulo externo e este é este processo de aprendizado só termina com a morte do indivíduo conforme D’Ambrosio (1997, p.25)

Todo conhecimento é o resultado de um longo processo cumulativo, compreendendo os estágios de geração, organização intelectual, organização social e difusão. Esses estágios são estudados na teoria da cognição, na epistemologia, na história e na educação. O processo como um todo – extremamente dinâmico e jamais finalizado – está sujeito a condições muito específicas de estímulo e de subordinação ao contexto natural, cultural e social.

2. 10 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE CAPÍTULO

Analisando este capítulo podemos ver que a educação no Brasil evoluiu ao longo dos anos apesar das diversas dificuldades em aprovar as leis de Diretrizes e Bases para a Educação, definir e organizar currículos, etc. Os PCNs vieram realmente modificar o ensino tradicional que era "enquadrado" em "disciplinas" nas "grades curriculares" com professores que se limitavam a "transmitir o conhecimento sistematizado" não importando se o aluno aprendia, ou seja, assimilava de forma significativa, ou se simplesmente decorava o conteúdo, muitas vezes, sem o compreender e passado algum tempo já nada lembrava deste "aprendizado"; como nos diz Paulo Freire, uma "educação bancária" que depositava no educando seu conteúdo para ser decorado. A implantação dos PCNs foi um avanço na educação brasileira principalmente quando incluiu os temas transversais que vieram não somente para "integrar" as disciplinas, mas também para colocar em evidência e provocar questionamentos sobre estes temas e os problemas a eles referentes.

Nos PCNs temos que para se aprender atitudes é necessário um posicionamento claro e consciente sobre, o que e como se ensina na escola. Isto torna-se possível através do estabelecimento das intenções do projeto educativo da escola. Fato notório é que a aprendizagem de valores e atitudes é de natureza complexa e pouco explorada do ponto de vista pedagógico, pois para alcançarmos êxito neste tipo de aprendizagem não basta somente trabalhar conteúdos, sabemos que eles são necessários, mas não bastam; temos que agregar a eles a prática constante, coerente e sistemática, isto é, os valores e as atitudes trabalhados devem ser expressos nos relacionamentos entre as pessoas. No aprendizado dos conteúdos atitudinais é relevante atentar para as questões emocionais e sociais, pois cada indivíduo vem de um grupo social com suas atitudes e seus valores peculiares. A escola deve, como já destacado anteriormente, conscientizar-se de sua responsabilidade em educar o aluno na mudança de atitudes comportamentais nocivas a sua saúde e/ou da sociedade.

Vimos que os objetivos do ensino fundamental são entre outros, possibilitar ao aluno: compreender a cidadania como participação social e política; posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva; conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais; perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente; desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, etc. O questionamento que se faz a respeito destas metas é: - Como atingi-las sem trabalhar os temas transversais, principalmente o tema "saúde" ?

3. REVISÃO SOBRE ESTUDOS DA SAÚDE

Neste segundo capítulo abordarei alguns questionamentos tais como: Como e se o Tema Transversal Saúde está sendo trabalhado nas escolas de Ensino Fundamental, as concepções do tema "saúde" na visão dos educadores e as dificuldades relatadas por eles em trabalhá-lo como tema transversal. Para tanto, analisarei as pesquisas realizadas por diferentes pesquisadores em diferentes contextos econômicos e educativos.

Os temas transversais são, segundo Araújo (2003), o eixo da educação que trata da formação ética do indivíduo. Estes temas buscam trabalhar conteúdos que possibilitem o pleno desenvolvimento do educando, propiciando ao mesmo condições físicas, psíquicas, cognitivas e culturais essenciais para que possa exercer sua cidadania.

3.1. COMO ESTÁ SENDO TRABALHADO O TEMA SAÚDE NO ENSINO FUNDAMENTAL?

Pesquisa realizada por Lomônaco (2004); em duas escolas uma estadual e uma municipal, utilizou a metodologia do tipo qualitativa, tendo como referência o paradigma indiciário de Ginsburg (2003, apud por LOMÔNACO, 2004, p. 6) "[...] o paradigma indiciário se caracteriza por um saber que, a partir de dados aparentemente desprezíveis, possibilita ao pesquisador remontar uma realidade complexa, não experimentável diretamente."

A pesquisa qualitativa foi realizada em duas escolas, uma municipal e outra estadual. Foram aplicados questionários, entrevistas, análise documental, bem como observações em sala de aula e nos demais ambientes escolares. Participaram das pesquisas: professoras de 1ª a 4ª séries, auxiliares de serviços gerais (ASG), supervisoras e orientadora pedagógica, diretoras e alunos das escolas pesquisadas.

Através da observação em sala de aula pode-se notar a relação saúde/ educação e nos demais espaços escolares pode-se observar o nível de higiene e demais procedimentos relacionados à saúde.

A autora pesquisou inicialmente, com as pessoas que trabalham na escola, sobre o que eles pensam que é "ter uma boa saúde", ou ainda o que é "educação em saúde" e obteve as seguintes respostas:

- 1) Educação em Saúde é uma forma de conscientização quanto à importância de cuidar bem do corpo para manter/melhorar a qualidade de vida (Supervisora 1 da escola Municipal). (LÔMACO, 2004, p 8)
- 2) informar sobre higiene pessoal [...]” (Professora 10 da Escola Municipal); (fornecer) algumas orientações de higiene e como se cuidar (Professora 7 da Escola Municipal).
- 3) Educação em Saúde na escola significa para mim uma forma de conscientização quanto à importância de cuidar bem do corpo para manter/melhorar a qualidade de vida” (Supervisora 1 da Escola Municipal). (LÔMACO, 2004, p 9)
- 4) (Saúde na Escola) é informar sobre higiene pessoal, vacinação, cuidados com o meio ambiente, qualidade de vida (Professora 10 da Escola Municipal).(LÔMACO, 2004, p 10)
- 5) Saúde é envolvimento da escola, da família, de toda a comunidade e entidades governamentais (Diretora da Escola Estadual). (LÔMACO, 2004, p 11)

Lômaco (2004) relata que o cuidado com o corpo aparece como condição de saúde para a maioria dos entrevistados e a higiene está em todas as respostas como preconizadora de boa saúde, notando-se assim a herança da educação higienista e a da educação centrada no biologismo na qual o cuidado com o corpo está diretamente ligado à manutenção de uma qualidade de vida. Esta preocupação com a higiene fica clara também nas declarações de uma professora da 1ª série da escola Estadual; que disse que "em certas ocasiões, fica difícil chegar perto dos alunos devido ao odor desagradável". Outra professora, da 4ª série da mesma escola, em uma manhã muito quente, saiu da sala dizendo que não se sentia bem porque "as alunas" cheiravam mal. A merendeira desta escola disse que, as vezes, sente o mal cheiro na fila do lanche, justificando que "eles brincam, dormem sem tomar banho e vem prá escola".

Lômaco (2004) chama a atenção para as condições sócio-econômicas e culturais dos alunos que, muitas vezes, não desenvolveram o hábito de tirar o uniforme logo quando chegam em casa e também não tem o hábito de tomar banho antes de ir para a escola. A autora diz ainda que os professores ignoram o fato que muitos alunos carentes não tem chuveiro em casa com água quente, dificultando assim o hábito de tomar banho. Ela resalta que o "cuidar do corpo" é o pensamento predominante no entender dos educadores desta escola, mas podemos entender este "corpo" a ser cuidado não só no sentido higienista ou biológico mas também como apelo publicitário, um corpo celebrado pela sociedade, que dita regras do "corpo ideal" e nos diz o que devemos comprar; esta visão pode variar de acordo com a classe social.

Oliveira (1991, apud por LÔMACO,2004) diz que é importante resaltar que quando se relaciona a saúde apenas as regras de higiene e alimentação, o enfoque recai sobre o indivíduo, mas quando a relacionamos à qualidade de vida, ao cuidado com o meio ambiente, o enfoque é coletivo. Esta visão da questão como fato biológico e individual é uma visão ingênua e que a consciência crítica entende saúde como um problema coletivo.

Nestas escolas pesquisadas constatou-se que o conceito de que a boa saúde depende somente do cuidado com o corpo e a limpeza e organização do ambiente, prevalecendo ainda o conceito higienista e individualista herdados das nossas raízes históricas e culturais; constatamos que hoje se faz necessário que as escolas deem espaço à discussões sobre a concepção de saúde. Embora a concepção de transversalidade do tema esteja presente na escola, ainda confunde-se interdisciplinaridade com pluridisciplinaridade, pois o tema é trabalhado por diferentes professores, cada um na sua disciplina, não havendo uma sistematização que resulte em um conhecimento novo. Ele é trabalhado na disciplina de ciências e pontualmente em projetos. (LÔMACO, 2004)

Quanto a questão da formação do docente para trabalhar com este tema, Lômaco (2004) aponta que a formação continuada ajuda o mestre a ter uma visão da realidade de seu educando, buscar parcerias com profissionais da educação e da área da saúde, fomentar discussões sobre os problemas encontrados e as soluções possíveis.

A pesquisa realizada por Fernandes, Souza e Rocha (2005), buscou investigar a preparação dos professores para trabalhar com o tema Saúde e quais eram as principais dificuldades por eles encontradas, para tanto, a metodologia utilizada foi a da pesquisa qualitativa desenvolvida com professores de primeira à oitava séries do ensino fundamental do município de Natal no Rio Grande do Norte, foram escolhidas por sorteio oito escolas para participarem, sendo uma pública e uma privada de cada uma das zonas geográficas da cidade. Participaram da pesquisa 45 docentes que responderam a um questionário com perguntas abertas e fechadas.

Sobre a formação acadêmica dos participantes, observou-se que 21 (46,6%) têm o terceiro grau completo; entre esses, cinco (11,09%) são de escolas privadas e dezesseis (35,51%) de escolas públicas; outros cinco professores (11,1%) afirmam ter o terceiro grau incompleto, entre os quais quatro (8,88%) atuam em escolas privadas e um (2,22%) em escola pública; dezoito (40%) possuem apenas o magistério, entre os quais, seis (13,34%) são da rede privada e doze

(26,66%) da pública; apenas um (2,2%) não forneceu tal informação. (FERNANDES, SOUZA E ROCHA 2005, p. 285)

Quanto a formação acadêmica, como podemos notar na citação acima, a principal diferença entre os professores das escolas públicas e das escolas privadas aqui pesquisadas, é a qualificação profissional; dos 46,6% que afirmaram terem o terceiro grau completo, a maioria 35,51% é das escolas públicas contra 11,09% das escolas privadas, Dos 40% que possuem apenas o magistério, 13,34% são da rede privada e 26,66% da pública.

Quando questionados sobre a abordagem do tema 'saúde' em sua formação para docência, 35 (77,7%) deles responderam que estudaram conteúdos sobre saúde, sendo treze (28,86%) dos quais docentes de escolas privadas e 22 (48,84%) de escolas públicas; outros dez (22,2%) responderam não terem recebido nenhum tipo de informação, apenas dois (4,44%) entre eles da rede privada. (FERNANDES, SOUZA E ROCHA 2005, p. 286)

Quanto aos estudos feitos sobre o tema Saúde, a maioria (77,7 %) afirma que estudaram a respeito do tema; nota-se neste quesito que a maioria que realizou os estudos (48,84%) era de professores da rede pública. "Dos que estudaram, 23 (65,71%) acharam satisfatório o estudo e doze não o consideraram satisfatório. Destes últimos, 50% argumentaram que as informações eram trabalhadas de maneira superficial, justificando assim suas respostas". (FERNANDES, SOUZA E ROCHA 2005, p. 286)

Conforme podemos notar na citação acima, a maioria (65,71%), achou satisfatório os estudos sobre o tema, já 6 professores disseram que o tema foi tratado superficialmente.

Com relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), "(75,55%) responderam ter estudado seus conteúdos, sendo doze (26,66%) deles professores de escolas privadas e 22 (48,88%) de escolas públicas. Sete (15,55%) professores afirmaram não terem estudado – três (6,66%) de escolas privadas e quatro (8,88%) de escolas públicas". (FERNANDES, SOUZA E ROCHA 2005, p. 286)

A citação acima refere-se aos PCNs que norteiam as práticas pedagógicas; nota-se que nem todos professores leram as propostas dos PCNs, apenas 75,55% dos professores entrevistados afirmaram ter lido, sendo que a maioria dos que leram eram das escolas públicas. Chama a atenção também o número de docentes que não leram (15,55%).

Mais especificamente a respeito do tema transversal 'saúde', 29 (64,44%) professores afirmaram tê-lo estudado, oito (17,77%) dos quais da rede privada e 21 (46,66%) da rede pública. Quatro (8,88%) professores de escolas privadas e três (6,66%) de escolas públicas, num total de sete (15,55%), responderam não ter estudado o tema transversal 'saúde'. Tanto em relação ao estudo dos PCNs, quanto ao tema transversal saúde, quatro (8,88%) dos docentes deixaram de responder cada questão. (FERNANDES, SOUZA E ROCHA 2005, p. 286).

Relativo ao tema transversal Saúde, constatou-se que 64,44% dos professores relataram ter estudado este tema e 15,55% admitiram não ter estudado; deste total a maioria que estudou o tema era da rede pública e quando questionados sobre sua preparação para trabalhar o tema Saúde no ambiente escolar somente 60% (20% das escolas privadas e 40% das escolas públicas) se julgaram aptos e 40% (13,33% das escolas privadas e 26,66% das escolas públicas) afirmaram que não estavam preparados para trabalhar com este tema. A principal justificativa para o despreparo dos docentes é a falta de conhecimento aprofundado sobre saúde, outro motivo alegado foi a falta de material didático. Quanto a dificuldade em trabalhar com o tema 66,66% (24,44% das escolas privadas e 42,21% das escolas públicas) responderam não encontrar dificuldades e 33,33% (8,88% das escolas privadas e 24,44% das escolas públicas) admitiram que, tinham dificuldades em trabalhar com o tema. As dificuldades elencadas foram: 40% dos entrevistados afirmaram que o material didático era insuficiente e 20% atribuíram à falta de capacitação.

Quando questionados a respeito da importância de trabalhar o tema Saúde no ambiente escolar, os professores deram várias respostas que foram agrupadas em sete categorias, sendo que o maior número relacionou a importância da saúde com os cuidados com o corpo (28,33%) e prevenir doenças (20%). Também obtiveram respostas genéricas como "preparar e capacitar os alunos" e em menor número e de grande importância vem o "respeito à cidadania e à qualidade de vida" (6,66% dos entrevistados sendo a maioria da rede privada de ensino). "Pode-se observar, por essas respostas, que os professores não conseguem ver a saúde como uma questão global, que não envolve questões apenas relacionadas a higiene, alimentação e doenças." (FERNANDES, SOUZA E ROCHA 2005, p. 290)

Fernandes, Souza e Rocha (2005) compara os resultados de sua pesquisa com as de Espósito et al. (1998) realizada com professores do 1º grau dos estados de São Paulo,

Maranhão e Minas Gerais e vê muita semelhança nos resultados obtidos, principalmente quanto ao despreparo dos mestres e ao material didático insuficiente. Também quanto aos estudos dos PCNs, a maioria declarou ter estudado as propostas e se sentem preparados para trabalhar com o tema. Alguns docentes relatam o fato dos alunos trazerem hábitos familiares que interferem na saúde, isto é citado pelo Ministério da Educação e do Desporto (1998) que afirma que as crianças trazem para o ambiente escolar hábitos adquiridos em seus lares. É válida a ideia dos docentes em trabalhar o tema junto às famílias dos alunos já que o contexto escolar está ligado ao contexto familiar.

Pesquisa realizada por Santos e Bógus (2007), teve como objetivo pesquisar a percepção dos docentes sobre a escola promotora de saúde e da promoção de saúde na escola, bem como as práticas desenvolvidas na escola para promover a saúde.

Os programas de promoção da saúde ocorrem em vários espaços, especialmente nos espaços sociais, tais como: cidades, ambiente de trabalho, escolas, etc.; são nestes espaços que estas ações são vistas com maior frequência, visando fortalecer a ação e o protagonismo, incentivando a união de forças dos diversos setores e a participação social. A escola é um espaço privilegiado onde pode gerar autonomia, participação crítica e criatividade na promoção da saúde; para isso ela deve ter uma visão multidisciplinar e interdisciplinar do ser humano.

Para responder ao questionamento da percepção de educadores sobre a escola promotora de saúde foi realizada uma pesquisa em uma escola municipal, de ensino fundamental, dos Ciclos I (da primeira à quarta séries do primeiro grau) e II (da quinta à oitava séries do primeiro grau), situada na zona leste do município de São Paulo. Foram utilizadas diversas técnicas combinadas para a coleta de dados, tais como: análise documental, questionários individuais e grupo focal. Os dados foram interpretados de forma conjunta, com o objetivo de permitir uma análise mais aprofundada.

Os questionários auto-aplicáveis foram aplicados na segunda etapa da pesquisa a: cinco membros da direção da escola, 23 professores do Ciclo II e 2 professores do Ciclo I. Através das análises das respostas dos mestres a este questionário, foi possível detectar quatro grandes categorias relacionadas ao tema saúde, da educação em saúde e das práticas pedagógicas com relação à saúde; são elas: 1º) compreensão sobre saúde e promoção da saúde dentro do âmbito escolar; 2º) assistência à saúde na escola; 3º) referenciais pedagógicos para a prática escolar dos educadores e 4º) queixa profissional dos educadores.

Conforme podemos ver pelas respostas dadas pelos mestres, eles têm consciência da importância do tema saúde na escola que visa melhorar, não só a a saúde dos alunos, mas também de toda a comunidade envolvida. A maioria afirmou trabalhar o tema em sala de aula e apenas um declarou que é difícil trabalhar a temática nas aulas de matemática.

Quanto ao conceito do termo saúde constatou-se dificuldade por parte dos professores, pois os conceitos apresentados pelos docentes envolviam além de questões espirituais até a dissociação corpo e mente. Entretanto, apesar das dificuldades encontradas, os mestres relataram que trabalham o tema no dia a dia em acontecimentos do cotidiano escolar enfatizando a prevenção e o tratamento de doenças. Nas respostas 70% dos educadores afirmaram que a educação em saúde na escola é o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e destrezas; aproximadamente 60% indicaram que essa temática faz parte do cotidiano do aluno e do planejamento da escola.

Quanto aos conteúdos que os educadores indicaram estão relacionados com mudanças individuais no estilo de vida, tais como: hábitos alimentares; mas, concomitantemente, existe uma visão de que os estilos de vida são determinados por fatores econômicos e sociais, decorrentes portanto das condições de trabalho, moradia, etc. Eles destacaram também a preocupação com as atividades extra curriculares e escolares que venham a contribuir com as mudanças favoráveis à qualidade de vida e da saúde da comunidade escolar; porém, os trabalhos desenvolvidos em sala de aula partem geralmente do entendimento particular que o mestre tem sobre o que é saúde e as ações individuais que possibilitam ao indivíduo ter boa saúde.

Os professores foram questionados quanto aos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula e obteve-se várias respostas entre elas uma queixa de uma professora dizendo que os alunos entendem, acham correto o que ela ensina, mas quando eles buscam saber mais sobre saúde e fazem questionamentos ela pede para eles procurarem um médico porque ela não entende nada dessa área.

Para os professores, os alunos creem que os educadores têm poderes divinos para resolver, entender e enfrentar tudo, desde problemas familiares até problemas de saúde. O professor se sente como um sacerdote no ofício de ensinar e muitas vezes se cobra por não ter as respostas prontas, não percebendo quais são suas reais responsabilidades e tendo dificuldades em dar limites, delegar tarefas, exigir melhores condições de trabalho, etc.

Observou-se que o tema é mais abordado nas aulas de ciências por se julgar que o professor dessa disciplina está mais bem preparado para discorrer sobre o tema. Outra

observação foi que o ensino está mais voltado para o assistencialismo, isto é, a preocupação repousa sobre o cuidado pontual, desprezando muitas vezes as condições históricas e sociais da comunidade escolar. Quando abordados sobre o planejamento das ações pedagógicas para trabalhar o tema Saúde a maioria dos educadores relataram que não participam do processo, deixando esta incumbência para o diretor e o coordenador pedagógico, a parte do professor, portanto, restringe-se a execução de tarefas pré-definidas, das quais não participaram do planejamento, mostrando assim um distanciamento entre o fazer pedagógico e seu planejamento. Os professores enfatizaram que é importante buscar a parceria com a comunidade para se desenvolver programas de promoção de saúde.

Quanto a assistência de saúde na escola os professores afirmaram que não há profissionais da área disponíveis para palestras nas escolas e que muitas vezes o professor se sente incapacitado para abordar o tema. Questionaram também que "antigamente" tinha dentista que atendia nas escolas tanto no atendimento odontológico como preventivo e didático; os alunos que precisavam de atendimento médico eram encaminhados ao posto de saúde mais próximo e eram prontamente atendidos.

Segundo Santos e Bógus (2007) a escola é um espaço privilegiado para educar e pode trabalhar em conjunto com a comunidade escolar sobre as questões referentes à área da saúde, sem precisar de prescrições dos profissionais da saúde que, muitas vezes, deixam na escola pacotes prontos de informações de como a pessoa pode ter boa saúde

As principais queixas dos professores são que: nem eles, nem os alunos tem um bom atendimento na área da saúde, muito menos suporte desta área para desempenhar suas funções; não têm boas condições de trabalho; os salários estão defasados; as classes são muito numerosas; etc.

3. 2 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE CAPÍTULO

Neste capítulo vemos que a saúde, nas escolas, ainda é abordada como "os cuidados com o corpo", "os cuidados com a higiene", e que este tema deve ser trabalhado pelo professor de ciências "que é quem detém o saber sobre este conteúdo". Nota-se que pouco foi modificado no ensino da saúde, mesmo após a criação dos temas transversais, exceto raras

exceções, o ensino da saúde continua sendo higienista e individual, como era no ensino tradicional.

Estas pesquisas comprovam que a concepção da transversalidade do tema saúde é conhecida e até mesmo aceita pelos educadores, mas na prática isto não ocorre, pois o tema ainda é trabalhado isoladamente por cada professor, dentro de sua disciplina, não permeando todas as áreas, ou disciplinas do ensino. Isto torna o conteúdo fragmentado dificultando o aprendizado, pois o ensino não é sistematizado, não produzindo assim um novo conhecimento, ou, um aprendizado significativo.

Outra dificuldade apresentada foi quanto a formação e capacitação dos professores para trabalhar com o tema saúde. Mônaco (2004) relata que os educadores ignoram as condições socioeconômicas dos alunos e não relacionam a saúde com as condições do meio em que o indivíduo está inserido, tais como: meio ambiente mais favorável a determinadas doenças ou endemias, habitação que favorece as doenças, etc.; estes fatores, como é sabido, influenciam muito e diretamente na preservação da saúde. Atualmente o foco dos tratamentos na área da saúde está voltado para a prevenção e a escola é um dos espaços privilegiados para desenvolver este trabalho.

Vemos também que o enfoque na preservação da boa saúde continua sendo individual, isto está comprovado quando os educadores ensinam que "o aluno deve... lavar as mãos antes de se alimentar, tomar banho todos os dias, alimentar-se bem com alimentos saudáveis, etc."; pouco ou nada é tratado no coletivo.

Fernandes, Souza e Rocha (2005) afirmam que alguns professores que estudaram o tema saúde julgaram insatisfatório o estudo e que as informações eram abordadas de maneira superficial, mas a maioria julgou o estudo bom. Embora a maioria dos educadores afirmasse que estudaram o tema e leram os PCNs, nota-se que ainda prevalecesse o conceito de saúde ligado somente aos cuidados individuais com o corpo.

Na pesquisa realizada na periferia da cidade de São Paulo (SANTOS; BÓGUS, 2007) vemos que os educadores tiveram dificuldades em conceituar a saúde, as respostas variaram desde questões de higiene até questões espirituais e a dissociação corpo e mente; mas quanto aos conteúdos eles afirmaram que além dos fatores de higiene e alimentação, há também os relacionados ao estilo de vida, ao fator econômico e social. Referente a abordagem do tema, prevalece ainda a concepção de que ele deve ser trabalhado pelo professor de ciências.

4. CAPÍTULO CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que dar uma boa educação em saúde ao indivíduo seja possibilitar o desenvolvimento de todo seu potencial e capacidades, propiciar-lhe ainda atingir o grau máximo de compreensão; para que isso aconteça se faz necessário uma educação "libertadora" como nos diz Paulo Freire, uma educação que instigue o aluno ao questionamento e ao conhecimento, fazendo com que o educando deixe de ser expectador e passe a ser participante, coautor de sua educação, que ele, aluno, ensine seu mestre; e seu mestre seja seu facilitador no processo de aprendizagem.

O aluno que recebe este tipo de aprendizado estará apto para intervir quando julgar necessário no meio ambiente e social, intervir em sua vida e mudar costumes, práticas e até mesmo conceitos equivocados que acaso tenha. É um ser que está no mundo e não só está nele, mas também interage com ele.

Morin (2010 b) destaca que o nosso pensamento é complexo e precisa " religar" ou, "entrelaçar" conhecimentos para poder fixa-los; é muito difícil ao aluno aprender os conteúdos fragmentados como ainda são trabalhados. Ele cita Pascal que afirma: "[...] tenho como impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, bem como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes" (Pascal, apud Morin, 2010b, p. 25). É de suma importância que os mestres tenham esta visão do aprendizado para que possa trabalhar não somente os conteúdos da grade curricular, como também os temas transversais que facilitarão a assimilação dos conteúdos.

No primeiro capítulo foi abordado o principal objetivo da educação que é formar indivíduos para viver e modificar o mundo futuro. Quero destacar o pensamento de Kant que enfatiza que devemos formar hoje pessoas para viver e agir sobre o mundo no futuro e Freire que diz que o indivíduo deve ser formado para não somente viver no mundo futuro, mas também para agir sobre ele; para tanto devemos formar cidadãos, isto é, pessoas com pensamento crítico, questionadoras, que estão capacitadas para interagir e agir sobre a sociedade e o meio ambiente em que vivem.

Um dos eixos norteadores da educação atual está fundamentado nas concepções de Piaget que relata que o aluno só adquire, ou se apropria do conhecimento quando consegue estabelecer uma relação entre o conhecimento que já possui com o novo que está sendo

ensinado; é primordial, portanto para que o aluno aprenda o conteúdo, que ele consiga estabelecer esta interligação entre os saberes.

Os temas transversais buscam além de interligar os conteúdos, estabelecer uma ligação com temas que estão presentes no cotidiano dos alunos, facilitando assim o aprendizado, pois o educando consegue estabelecer ligação entre os conteúdos ensinados nas disciplinas e os problemas enfrentados no seu dia a dia e da sua comunidade. Para que isto possa ocorrer, necessário se faz que o professor esteja capacitado para trabalhar com estes temas, por isso a importância da formação continuada, pois como explica Kant, somos pessoas com passado e presente educando pessoas para viverem no futuro, temos portanto que sempre estar adquirindo e renovando nossos conhecimentos.

No segundo capítulo ao analisarmos as pesquisas podemos ver que a saúde é pouco trabalhada como tema transversal. Ela ainda é trabalhada como conteúdo exclusivo da disciplina de ciências biológicas e segundo alguns professores, o professor de ciências biológicas é o mais bem preparado para esta missão. Vimos que a falta de preparo ou formação continuada dos professores e a falta do material didático adequado, dificulta o trabalho com o tema; mas, mesmo onde este material está disponível, poucos professores sabem como utilizá-los.

Outro fato revelado nestas pesquisas é que o conceito de saúde ainda está relacionado a "ausência de doenças", a "higiene", etc. Tanto educadores quanto alunos não associam saúde com o "viver bem mesmo tendo doença" conforme é o conceito de saúde da OMS que diz que: "Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença"; não associam saúde com o cuidar do meio físico/social da comunidade.

Os temas transversais são imprescindíveis para a boa formação do indivíduo, não estão nos PCNs como apêndices ou conteúdos optativos onde os educadores podem aderir ou não ao seu trabalho; eles são partes integrantes do processo educativo tanto quanto as demais disciplinas enquadradas nas grades curriculares do ensino. Eles devem permear todo processo pedagógico e principalmente o tema saúde que interfere diretamente na vida e na aprendizagem do educando, que muitas vezes só tem a escola para obter os conhecimentos necessários para ter uma boa saúde.

A criança e o adolescente vem para a escola com inúmeros questionamentos, muita curiosidade, muitas informações equivocadas, muitos mitos e crenças sobre o que é e como se tem uma boa saúde; eles dependem da escola para ensinar os conceitos certos, a escola precisa, portanto, trabalhar adequadamente, com o aluno, os conteúdos para que este possa se

apropriar do conhecimento e transformar seus hábitos, costumes, não só seus mas também de sua família e de sua comunidade, podendo assim viver melhor desempenhando seu papel de cidadão, transformando para melhor a saúde do mundo futuro.

Sabemos que para o indivíduo exercer plenamente sua cidadania é necessário que ele tenha acesso a todos os recursos culturais relevantes para sua formação e participação na sociedade. A missão da escola é, portanto, proporcionar aos alunos as capacidades para inserir-se no contexto sociopolítico e cultural; para tanto ela deve assumir-se como espaço social de construção do conhecimento que auxilie o aluno em seu exercício de cidadania. Atualmente, a inserção no mercado de trabalho e de consumo, a preservação do meio ambiente, os cuidados com o corpo e com a saúde, etc. são uma constante preocupação do indivíduo e a escola não pode ficar alheia a isto.

Terminando minhas considerações deixo o pensamento de Paulo Freire.

Sonhamos com uma escola pública capaz, que se vá constituindo aos pouco num espaço de criatividade. Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo. (FREIRE, 1995, p. 24).

5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. **Temas Transversais e a estratégia de projetos**. São Paulo. Moderna. 2003.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília: 1988.
Disponível em: <<http://www.soleis.com.br/Constituicao.htm>> Acesso em: 15 fev. 2012.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1974**, Brasília: 1974.
Constituição Federal seção I da educação (artigos 205 até 214). Disponível em:
<https://www.google.com.br/#hl=pt-BR&gs_rn=1&gs_ri=serp&tok=kS1krOcvJ-nNlwIZp-QY3Q&pq=constitui%C3%A7%C3%A3o%20federal%201974&cp=45&gs_id=vm&xhr=t&q=constitui%C3%A7%C3%A3o+federal+1974+leis+sobre+a+edu%C3%A7%C3%A3o&es_nrs=true&pf=p&tbo=d&sclient=psy-ab&oq=constitui%C3%A7%C3%A3o+federal+1974+leis+sobre+a+edu%C3%A7%C3%A3o&gs_l=&pbx=1&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_qf.&fp=cb7a1f66826c2b7d&biw=1366&bih=643> Acesso em 17/01/2013

BRASIL, **Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional de nível tecnológico**. Brasília: MEC, 2002. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>> Acesso em: 17/01/2013

BRASIL, **Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)** 1948. Disponível em:
<<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/o-que-e-a-oms.html>>. Acesso em 25 Mar. 2012.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos**: apresentação dos temas transversais. Brasília : MEC/SEF, 1998. Disponível em : <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>> Acesso em 13/02/2013

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em 10/09/2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Saúde** / Secretaria da Educação Fundamental –Brasília:MEC/SEF,1997.
Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>>
Acesso em: 25 Mar. 2012.

D'AMBROSIO, Ubiratan; **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 1997.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a construir** – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, Brasília- DF: MEC: UNESCO, 1998. Disponível em:
<http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf>
Acesso em 17/01/2013

FERNANDES, Marcos H.; ROCHA Vera M.; SOUZA, Djanira Brasilino de. **A concepção sobre saúde do escolar entre professores do ensino fundamental (1ª a 4ª séries), História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 12, n. 2, p. 283-91, maio-ago. 2005. Disponível em:
<www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702005000200004&script>. Acesso em 14/01/2013

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**, Editora Cortez, São Paulo, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**; Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.

GALLO, Silvio. **Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar**. In: ALVES, N. GARCIA, R.L. (orgs.) O Sentido da Escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, 2ªed., P. 17-39.

GARCIA, Maria Helena Casas; GARCIA, Michelle Neves; PAULA, Rosemeire Lima de; **TEMAS TRANSVERSAIS: A ABORDAGEM PELOS PROFESSORES DE LÍNGUA MATERNA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM SALA DE AULA**, 2004.
Disponível em :
<http://legacy.unifacef.com.br/novo/letras/rel/edicao03/TEMAS_TRANSVERSAIS.pdf>
Acesso em: 13/09/2012.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**, Tradução: Francisco Cock Fontanella; Piracicaba: Editora Unimep, 1996.

LIBÂNIO, José C. **Didática: O Planejamento Escolar**. São Paulo. Editora Cortez, 1994.

LOMÔNACO, Aparecida de Fátima Soane; **CONCEPÇÕES DE SAÚDE E COTIDIANO ESCOLAR - O VIÉS DO SABER E DA PRÁTICA**, 2004.
Disponível em:<<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt06/t063.pdf>>.
Acesso em: 20-11-2011

LOPES, Sonia de Castro. **Memórias em disputa: Anísio Teixeira e Lourenço Filho no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-35)**. – ISERJ. GT: História da Educação /

n.02. Agência Financiadora: Sem Financiamento. Cadernos de Pesquisa vol.39 no.137 São Paulo May/Aug. 2009 Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200013>

. Acesso em 17/01/2013

MIZUKAMI, Maria da G. Nicoletti, **Ensino As Abordagens do Processo**, Editora E.P.U. Editora Pedagógica e Universitária Ltda, São Paulo, 1986.

MORENO, Montserrat. **Temas Transversais em Educação: Bases para a Formação Integral**. São Paulo. Editora Ática, 1998.

MORIN, Edgar; **Meu Caminho** (entrevistas com Djénane Kareh Tager). Tradução de Edgar de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 a.

MORIN, Edgar. **A cabeça-feita: repensar a reforma e reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina, 18. ed. Rio de Janeiro. Bertrand do Brasil, 2010 b.

SANTOS, Kátia F.; BÓGUS, Cláudia M. **A percepção de educadores sobre a escola promotora de saúde: um estudo de caso**. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano versão impressa ISSN 0104-1282, v. 17 n. 3 São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0104-12822007000300013&script=sci_arttext> Acesso em 05/09/2012.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa Como Ensinar**, Editora Artmed, Porto Alegre, 1998.